



**Universidade do Estado da Bahia - UNEB**  
**Departamento de Educação - Campus I**  
**Bacharelado em Psicologia**

**Thiago Dias Carvalho**

**Monogamia, Amor Romântico e o Fazer Psicoterapêutico:** significações  
atribuídas por profissionais de psicologia à estrutura monogâmica

Salvador  
2024

Thiago Dias Carvalho

**Monogamia, Amor Romântico e o Fazer Psicoterapêutico:** significações  
atribuídas por profissionais de psicologia à estrutura monogâmica

Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
na Departamento de Educação, no Bacharelado em  
Psicologia como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Barros da Ressurreição

Salvador  
2024

## TERMO DE APROVAÇÃO

Thiago Dias Carvalho

**Monogamia, Amor Romântico e o Fazer Psicoterapêutico:** significações atribuídas por profissionais de psicologia à estrutura monogâmica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 SUELI BARROS DA RESSURREICAO  
Data: 17/07/2024 21:07:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Sueli Barros da Ressurreição**

Universidade do Estado da Bahia

(Orientadora)

Documento assinado digitalmente  
 CAMILA BARRETO BONFIM  
Data: 16/07/2024 11:15:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Camila Barreto Bonfim**

Universidade do Estado da Bahia

**Prof. Me. José da Silva Oliveira Neto**

Universidade Federal do Ceará

Documento assinado digitalmente  
 JOSE DA SILVA OLIVEIRA NETO  
Data: 16/07/2024 14:52:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aprovado em: 08 julho 2024

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, em especial a minha mãe, Geusa Lucia, que me apoiou de todas as maneiras possíveis nesses últimos anos.

À todas as pessoas que passaram pela minha vida e me impactaram de alguma forma, sobretudo àquelas que estão comigo até hoje: desde minhas amigas com quem criei laços nos colégios pelos quais passei no interior da Bahia, até as pessoas que conheci em minha morada em Salvador. Vocês tornam a vida possível.

Não posso deixar de esquecer de mencionar a comunidade não-monogâmica nas redes sociais e que me ajudaram a entender melhor esse tipo de vivência, em toda a sua complexidade e beleza.

Agradeço também pela orientação que a professora Sueli me deu durante esse percurso, sendo paciente comigo e aberta às minhas ideias e questionamentos.

O seu amor  
Ame-o e deixe-o  
Livre para amar  
Livre para amar  
Livre para amar  
O seu amor  
Ame-o e deixe-o  
Ir aonde quiser  
Ir aonde quiser  
Ir aonde quiser (Doces Bárbaros, 1976)

CARVALHO, T. D. **Monogamia, Amor Romântico e o Fazer Psicoterapêutico:** significações atribuídas por profissionais de psicologia à estrutura monogâmica. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.

## RESUMO

Recentemente, a psicologia tem criticado diversas estruturas sociais normativas, como a cisheteronorma, mas o mesmo não ocorre com a estrutura monogâmica. Este trabalho investigou o impacto das significações atribuídas à monogamia por profissionais de psicologia em sua atuação como psicoterapeutas. Os objetivos específicos incluíram descrever como profissionais de psicologia entram em contato com esse debate na construção da carreira, analisar suas significações sobre a estrutura monogâmica e verificar como percebem e lidam com pessoas não-monogâmicas em sua atuação como psicoterapeutas. A pesquisa adotou a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural e constructos da não-monogamia política, numa abordagem de pesquisa qualitativa e exploratória. Foram realizadas entrevistas narrativas do tipo episódica com quatro psicólogas/os brasileiros, analisadas conforme a análise dos núcleos de significação do discurso. Da análise, emergiram três núcleos de significação: o ser e o tornar-se psicóloga/o: neutralidade e espaços de formação; a norma e o pensar em torno dela: a monogamia está em todos os lugares; os contatos com a não-monogamia. Os resultados indicaram que a pretensa neutralidade das/os profissionais nem sempre é atingida, e a falta de discussões sobre monogamia e não-monogamia na formação formal é recorrente. Percebeu-se a naturalização da lógica monogâmica desde a infância e a reprodução de uma visão hegemônica de monogamia, como se a escolha por ela fosse adotada livremente, ainda que as várias mediações na vida mostrem o contrário. Em seguida, predominou uma visão liberal de não-monogamia, pautada na lógica mercadológica dos afetos. Encontraram-se também ambivalências e reprodução de estereótipos pelas/os psicólogas/os acerca dessas vivências, apesar de alguns discursos aludirem a uma aceitação dessa dissidência. Concluiu-se que a estrutura monogâmica impacta tanto na formação quanto na atuação das/os psicólogas/os, sugerindo-se pesquisas com públicos mais diversos e elaboração de materiais educativos que questionem o monogamismo, a fim de que possa ser ofertado um atendimento mais acolhedor.

**Palavras-chave** – Psicologia. Psicoterapia. Relacionamentos afetivo-sexuais. Monogamia. Não-monogamia.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                            |
|-------------|--------------------------------------------|
| <b>CFP</b>  | Conselho Regional de Psicologia            |
| <b>CEP</b>  | Comité de Ética de Pesquisa                |
| <b>IES</b>  | Instituição de Ensino Superior             |
| <b>FPS</b>  | Funções psicológicas superiores            |
| <b>PHC</b>  | Psicologia Histórico-Cultural              |
| <b>TCLE</b> | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| <b>UNEB</b> | Universidade do Estado da Bahia            |

## SUMÁRIO

|                                                                                                  |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                        | <b>09</b> |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>                                                              | <b>12</b> |
| 2.1 A ESTRUTURA MONOGÂMICA .....                                                                 | 12        |
| 2.2 A(S) NÃO-MONOGAMIA(S).....                                                                   | 17        |
| 2.3 A PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO DA NORMATIVIDADE .....                                         | 20        |
| 2.4 O OLHAR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O<br>DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO HUMANO ..... | 25        |
| <b>3 PERCURSOS METODOLÓGICOS .....</b>                                                           | <b>30</b> |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>                                                            | <b>34</b> |
| 4.1 O SER E TORNAR-SE PSICÓLOGA/O: NEUTRALIDADE E ESPAÇOS DE<br>FORMAÇÃO .....                   | 35        |
| 4.2 A NORMA E O PENSAR EM TORNO DELA: A MONOGAMIA ESTÁ EM TODOS<br>OS LUGARES .....              | 40        |
| 4.3 OS CONTATOS COM A NÃO-MONOGAMIA .....                                                        | 45        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                               | <b>53</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                         | <b>55</b> |
| <b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>                              | <b>62</b> |
| <b>APÊNDICE B – GUIA DE ENTREVISTA .....</b>                                                     | <b>64</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a sociedade ocidental, bem como a Psicologia, tem começado a lidar com determinadas temáticas de maneira diferente de como lidava no passado. Talvez, os exemplos mais expressivos sejam a crítica a cisheteronormatividade e a branquitude. Nesse sentido, psicólogas como Sofia Ricardo Favero e Jaqueline Gomes de Jesus surgem dentro do primeiro campo, questionando a naturalidade inventada, mas com impactos reais e concretos, das questões de gênero. Já no segundo campo citado, ainda que não seja uma pauta direta do presente trabalho, destaca-se as referências encontradas nas psicólogas Maria Aparecida Silva Bento e Jeane Saskya Campos Tavares, que lançam um holofote em um dos elementos mais importantes para manutenção do racismo: a branquitude e a sua cegueira perante seu papel no racismo.

Mas também tem surgido uma ofensiva a uma outra estrutura de opressão, foco desse estudo, que é a monogamia e, sua criação, o amor romântico. A monogamia é, na sociedade ocidental, muitas vezes vista somente como uma forma de se relacionar afetiva e sexualmente, quando ela vai além disso. Essa estrutura social foi formada em determinado momento histórico, fato frequentemente esquecido, seja de maneira intencional ou não. O fato é que é importante desvelar tal camada que invisibiliza processos de normatividade, como já feito por algumas referências que trazem um pensamento crítico ao tema (Federici, 2017; Vasallo, 2022; Núñez, 2023).

No Brasil, apesar de estarem crescendo, os estudos sobre monogamia e não-monogamia ainda são incipientes, em comparação com outros países, sobretudo no que tange a relação de psicoterapeutas com a pauta não-monogâmica (Carvalho, 2021). A esse aumento nos estudos dessas duas esferas pode ser atribuído diversos fatores, sendo um deles a maior quantidade de pessoas nas redes sociais, inclusive famosas, assumindo praticar um dos tipos de não-monogamias, bem como um aumento do número de perfis *online* sobre isso, inclusive por parte de profissionais da psicologia. E é nesse meio que a não-monogamia política, compreensão que orienta esse trabalho, surge e tem se desenvolvido.

Mas, ao mesmo tempo que esse levante ocorre, acontece um retorno raivoso daqueles que, porventura, consomem esse conteúdo mais crítico e não estão familiarizados com tais discussões, acabando por recorrer a recursos agressivos para defender sua posição hegemônica. Diante dessas tentativas de naturalização do produto de um processo histórico, que se alia a uma defesa do *status quo*, levanta-se o questionamento: como se apresentam os processos de

significação atribuídos pelos profissionais de psicologia perante a estrutura monogâmica na sua atuação como psicoterapeutas?

Para caminharmos nessa discussão, é preciso lembrar que a cada ano que se passa, vem crescendo o número de profissionais de psicologia no mercado de trabalho, num Brasil marcado pelo aumento de vagas de graduação, sobretudo na esfera privada da educação. Há sete anos atrás, existia cerca de 750 instituições ofertando vagas para o curso de graduação em Psicologia, número que já pode ter aumentado (Oliveira et al., 2017). Esse cenário se expressa nos dados do CensoPsi (CFP, 2022), quando o trabalho citado mostra que há cerca de 432 mil psicólogos em todo o Brasil, sendo que 72% desses fizeram sua graduação em uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, destacando o fato da oferta desse curso na educação privada tem sido maior que na pública.

Outro ponto que pode ajudar a entender o fato de haver uma maior procura pela psicologia nos últimos anos foi o aumento da preocupação com questões relativas à saúde mental, após a ocorrência da pandemia do COVID-19. Esse momento histórico trouxe diferentes impactos na vida das pessoas e a psicologia se figurou como uma categoria profissional importante para promoção de saúde e que podia dar respostas a diferentes tipos de demandas nesse campo (Ipsos, 2020; Krueger; Sahão; Kienen, 2023).

Assim, a justificativa para esse trabalho surgiu pelo fato de que, seja a um nível pessoal<sup>1</sup>, ou a um nível coletivo, histórias sobre se sentir incompreendido por parte do terapeuta, quando se é uma pessoa não-monogâmica, não são raras, mesmo em profissionais do campo progressista. Mas não somente isso, já que é possível perceber como são poucos ainda os estudos referentes à estrutura monogâmica e as vivências não-monogâmicas no Brasil, principalmente no âmbito da psicoterapia. Outro motivo para o fazer dessa pesquisa foi o interesse em trazer uma compreensão histórico-cultural sobre como a sexualidade é pensada. A partir de todas essas reflexões, um melhor suporte em saúde mental poderá ser oferecido, não apenas para pessoas não-monogâmicas, mas aquelas que poderiam vir a se interessar a fugir do monogamismo, independentemente de seu motivo.

Com o exposto em vista, a presente pesquisa teve como objetivo geral investigar o impacto das significações atribuídas pelos profissionais da psicologia à estrutura monogâmica na sua atuação como psicoterapeutas brasileiros. Os objetivos específicos foram descrever como profissionais de psicologia tiveram contato com o tema estrutura monogâmica em sua

---

<sup>1</sup> Foi no período pandêmico que a pessoa por trás da presente pesquisa (re)descobriu a não-monogamia, vivenciando os vários desafios que ela traz

construção de carreira, analisar as significações atribuídas por profissionais de psicologia quanto a estrutura monogâmica, e verificar como tais profissionais percebem as pessoas não monogâmicas em sua atuação como psicoterapeutas.

Finalizando, o presente trabalho visa apresentar toda essa análise a partir de diferentes capítulos, sendo esse primeiro o introdutório. Após, em ordem, no capítulo de fundamentação teórica, haverá uma apresentação e debate dos conceitos centrais para essa obra, como o que é monogamia, não-monogamia, bem como será apresentado o modo como a psicologia lidou com esse tema no passado e como lida hoje, e finaliza com as contribuições da psicologia histórico-cultural para a compreensão do psiquismo humano. Adiante, no capítulo das estratégias metodológicas discute-se a escolha do uso da entrevista episódica e o uso da análise dos dados pela análise dos núcleos de significação do discurso. O capítulo seguinte apresenta os resultados e a discussão dos três núcleos temáticos que emergiram na análise das entrevistas. O último capítulo é destinado às considerações finais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo do trabalho foi dividido em quatro subseções diferentes, quais sejam: a estrutura monogâmica, a(s) não-monogamia(s), a psicologia como instrumento da normatividade e o olhar da psicologia histórico-cultural para o desenvolvimento do psiquismo humano. Na primeira subseção, o objetivo é tratar da categoria estrutura monogâmica, seu processo histórico de constituição e de como ela vai se atualizando com o passar dos tempos.

Na segunda subseção, é objetivado discorrer acerca da pluralidade de definições e possibilidades de vivência dentro da não-monogamia, bem como definir uma perspectiva mais crítica para ela, fazendo uso de teóricos inclinados para a não-monogamia política.

A terceira subseção questiona o papel que a psicologia pode ter diante das representações e significações atribuídas ao amor, apontando os alinhamentos que a ciência psicológica teve com um pensar hegemônico em seu passado, ao mesmo tempo que reivindica um papel mais reflexivo diante dos temas trazidos, na contemporaneidade, sobretudo no fazer da psicoterapia.

A quarta subseção, por fim, traz alguns elementos próprios da Psicologia Histórico-Cultural para elucidar de qual compreensão do psiquismo humano esse trabalho parte, trazendo, ao mesmo tempo, alguns conceitos utilizados pelos psicoterapeutas histórico-culturais em seu fazer profissional. Além disso, será debatido o potencial dessa concepção psicológica para uma prática clínica que questione a estrutura monogâmica.

### 2.1 A ESTRUTURA MONOGÂMICA

No Grande Dicionário da Língua Portuguesa (2013, p. 6284), é explicado que a monogamia se refere a uma estrutura familiar onde um homem tem somente uma esposa, a qual somente tem um marido. Outra definição é que a monogamia é a condição de ter apenas um parceiro sexual em um período específico. Tais concepções mostram, também pelas lentes do senso comum, a ideia de um amor (romântico), cuja fidelidade entre os parceiros é um dos pontos importantes para que a relação se mantenha e seja saudável, afinal a exclusividade afetivo-sexual seria o principal marcador da monogamia (vide as definições trazidas acima). Partindo do que foi exposto, o que será visto nessa seção será um trabalho de compreensão do desenvolvimento histórico desses dois conceitos (monogamia e amor-romântico), sendo o objetivo principal indicar o porquê dessa compreensão inicial sobre a monogamia não estar correta.

Em um primeiro plano, destacam-se as contribuições do livro “A origem da família, da propriedade privada e do estado” (Engels, 2020) acerca da importância da vida em coletivo para que acontecesse a transformação do animal em homem. Ademais, ao discorrer sobre a família monogâmica, o autor alemão traz que, antes da existência desse modelo, existiam famílias em que os vínculos de parentesco não eram rígidos como no ocidente, e, por fim, destaca que diferentes etnias ao redor do mundo não se organizavam dentro desse núcleo engessado composto por um pai, uma mãe e um ou mais filhos. Pelo contrário, os arranjos eram diversos, e a relação afetivo-sexual entre mais de duas pessoas era comum, como nos casamentos grupais, sendo a coletivização dos deveres domésticos uma experiência que aparecia nesses contextos (Engels, 2020)

Além disso, ainda conforme o autor, sobre a geração de filhos, acontecia de a filiação materna ser mais importante do que a paterna, na transmissão de qualquer tipo de herança, pela facilidade de a mãe saber quem era seu descendente direto. Isso foi mudando, é claro, com o advento da propriedade privada e da necessidade dessa régua da filiação ser medida através do pai, surgindo o cerceamento e subjugamento do corpo e liberdade das mulheres, a fim de que a riqueza ficasse atrelada a figura do patriarca, chefe de um núcleo familiar e dono de diferentes posses, inclusive humanas (esposa, filhos, etc.).

Alinhado com os constructos de Engels, destaca-se também o trabalho de Alexandra Kollontai (2021), comunista e feminista que viveu durante o período revolucionário russo. Assim, a revolucionária fala de como a moral da burguesia acabou se tornando a moral hegemônica, através de esforços religiosos, morais e legais, a fim de que seus interesses de classe permanecessem seguros, inclusive no que tange a família monogâmica, ainda que essa família, enquanto uma instituição, estivesse em crise, a qual foi provocada pela ação do capital.

Tratando do referido fenômeno, a soviética evidencia como, no processo de transição para o capitalismo, a unidade familiar passou por diferentes mudanças, sendo uma inicial o fato de que, a partir das relações comerciais, os integrantes da família não mais precisavam um do outro para satisfazer grande parte de suas necessidades. Eles já poderiam comprar o que lhe faltavam, fora de casa, não sendo mais necessário que houvesse a produção familiar. Além disso, pouco a pouco, as mulheres foram lançadas ao mercado de trabalho, contribuindo para a sobrevivência da família, o que instigou uma grande mudança cultural (e psicológica), já que, com isso, as mulheres não mais eram totalmente dependentes dos seus maridos economicamente. E é a esse movimento histórico que Kollontai se refere ao falar da crise da família, vista somente como um meio de transmissão da riqueza acumulada, seguindo visão de Engels.

Além disso, Kollontai segue e declara que esse tipo de família configurado pela lógica burguesa é cruel e pernicioso para as mulheres de todas as classes, e defende que reformas na estrutura da família monogâmica não solucionaria o problema, mas sim uma grande revolução que modificasse a forma como toda a sociedade se estrutura, pondo um fim à sociedade de classes. Com isso, a solução debatida para que as mulheres pudessem viver um amor mais livre, sem que continuassem sobrecarregadas por outras várias atividades, viria através do processo de transferência das responsabilidades das atividades domésticas para o Estado. Nesse sentido, as mulheres se livrariam tanto da dependência do marido, como do capital. Entretanto, tal processo de concepção de uniões livres, isto é, de relações em que questões socioeconômicas não fazem parte da tomada de decisão para a vivência de uma relação, careceria também da criação de uma nova psicologia<sup>2</sup> que contribuísse para a realização desse projeto (Kollontai, 2021).

Em segundo lugar, salienta-se o fato de que a ideia do amor (romântico) surge, como conhecemos, em meados do século XIX para o XX, com os casamentos por interesse econômico acontecendo em menor frequência e as vinculações por amor se tornando mais comuns (Perez; Palma, 2018). Contudo, isso seguia todo um *script* da monogamia, sendo uma construção para o casamento. Logo, inicialmente esse vínculo deveria ser para sempre, mas como Perez e Palma (2018) trazem, essa duração eterna foi questionada e (parcialmente) derrubada a partir das revoluções sexuais da metade do século XX, com o divórcio se tornando uma alternativa para quem desejar. Assim, as pessoas não ficariam para sempre com uma pessoa só, mas somente até desejarem, inaugurando uma monogamia serial.

Continuando o debate, destaca-se o trabalho de Teresa de Lauretis (2019), que aborda o gênero como uma construção advinda de diferentes tecnologias sociais inventadas pelo homem. Religião, estado, família, escola, cinema e várias outras tecnologias sociais criam e recriam cotidianamente o significado de ser homem e ser mulher em nossa sociedade. Lauretis (ibidem) não cita a monogamia ou amor romântico, porém tais construções podem facilmente ser consideradas tecnologias de gênero (e sexualidade), visto que designam papéis específicos para corpos específicos, deixando pouco espaço aberto para fuga disso.

Por outro lado, a perspectiva que a presente pesquisa traz, quando se trata da monogamia, concorda com o trabalho de Vasallo (2022), e vai numa direção contrária da definição trazida no início dessa seção. Assim, a ideia de monogamia aqui explorada não é a de modelo relacional, e nem está relacionada a quantidade de pessoas envolvidas numa relação (os

---

<sup>2</sup> Aqui entendida como forma de conceber a realidade.

casos de traição não são vistos como fatos independentes da monogamia, mas constituintes dela), e sim como a autora espanhola pontua: a monogamia é uma estrutura que organiza a sociedade, definindo como, com quem e de que maneira as relações irão acontecer, dentro de uma hierarquia em que “o casal” é o mais importante. Ademais, conforme a referida pesquisadora, questiona-se a naturalização da maneira de amar advinda da monogamia (ou seja, o amor romântico), pois a estrutura monogâmica dita como a felicidade e outras emoções, não tão “positivas”, são e em que momento devem surgir.

Em congruência com Vasallo, se tem Núñez, Oliveira e Lago (2021), que discorrem sobre o processo colonizatório que ocorreu no Brasil e da importância de discursos moralistas dos jesuítas foram importantes para o sucesso da colonização. Dentro disso, é discutido como a superação das parcerias múltiplas dos povos indígenas se tornou uma obsessão jesuíta, para que ocorresse o processo de saída da selvageria para a civilização. Uma interpretação para tal desejo é trazida quando os pesquisadores fazem uma relação com passagens bíblicas que falam sobre como a posituação do cristianismo, bem como da monogamia, só vinha acompanhada da negatuação de outras formas de fé e de arranjos afetivos:

Como traço fundante da colonialidade, o cristianismo - como apregoado pelos jesuítas - não admitia concomitância: para provar amor ao Deus cristão era necessário postular que as demais espiritualidades eram do demônio. Há diversas passagens na Bíblia que mencionam o ciúme que Deus teria ao ser traído por seu povo, em ocasiões em que outros deuses estivessem sendo cultuados em concomitância. Em alguns trechos a palavra adúltera é utilizada para nomear a quebra de exclusividade espiritual. (Núñez; Oliveira; Lago, 2021, p. 79)

Desse modo, os autores ponderam sobre como a não-concomitância obrigatória entre os afetos é um dos traços característicos da monogamia, pois caso haja mais de duas pessoas envolvidas amorosamente, “talvez” aquela relação não seja verdadeira. Um resultado disso é a criação de uma (falsa) relação entre exclusividade afetivo-sexual da monogamia com o desenvolvimento de vínculos qualitativamente superiores, enquanto as parcerias múltiplas (ou a possibilidade de ocorrência delas) são desqualificadas e hipersexualizadas, por estarem longe daquilo que o casamento cristão propaga, como traz também Lima Jr. (2021).

Um desdobramento do movimento de luta contra os modos de vida indígenas foi a imposição legal contra as parcerias afetivo-sexuais múltiplas. Séculos após o período colonial, o Brasil e os demais estados ocidentais têm uma constituição influenciada pela ideologia burguesa, que defende a propriedade privada, sendo a família nuclear um fator importante na perpetuação dessa propriedade outrora coletiva, e que não admite a legalidade de qualquer relação legal que não as monogâmicas perante o estado (Lima Jr, 2021; Núñez, Oliveira; Lago,

2021). Ou seja, dentro do código penal brasileiro ainda há determinados estilos de vida que são considerados crimes contra essa família de criação burguesa e cristã, podendo os infratores irem para a prisão.

Caminhando para o término dessa subseção, cabe ainda pontuar a relação da estrutura monogâmica para com a violência de gênero e sua relação com o estado, encontradas na literatura. A relevância disso é que, na realidade brasileira, notícias sobre violência doméstica e feminicídios são comuns, fato que acabou por motivar a necessidade de uma legislação específica sobre tais crimes, surgindo, então, a Lei N. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha, contra a violência de gênero) e a Lei 13.1024/2015 (Lei contra o feminicídio). Nesse âmbito, Rodriguez, Demori e Wolff (2021) analisam a realidade brasileira, a partir de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os quais trazem que a cada 6 horas e meia ocorre um caso de feminicídio no Brasil, sendo 81% desses agressores parceiros ou ex-parceiros das vítimas, sem contar que os mesmos dados apontam que 52% dessas mulheres não denunciam o seu agressor.

As autoras traçam um paralelo entre esses dados de violência de gênero e a maneira que a monogamia opera, na construção de um modo de ser que hierarquiza as relações, estando a afetivo-sexual no topo, colocando as demais abaixo dessa. Quando algo que ameaça essa bolha perfeita criada entre esses parceiros acontece (os casos de infidelidade masculina não entram aqui, pois eles são vistos como “aceitáveis”, dada a “natureza sexual” do homem) ocorre, então, os “crimes passionais” (Rodriguez; Demori; Wolff, 2021). É válido ressaltar que essas ocorrências não precisam nem necessariamente ser um caso de infidelidade, pois esses crimes também acontecem após o término de uma relação conjugal em que o parceiro não aceitou o término e nem o fato de que a outra pessoa já esteja vivenciando novas experiências afetivo-sexuais em sua vida. Trata-se de um desejo de tomar para si o tempo de outra pessoa, mesmo quando ela não quer mais conviver com o outro dessa forma, pois esse agressor pode acreditar que a outra pessoa é sua posse e não tem poder de escolha.

Numa sociedade que, historicamente, alimentou a ideia de uma construção afetiva que põe o homem no centro da família, como aquele que sustenta a casa, e a mulher submissa a essa figura, tendo sua sobrevivência atrelada a essa figura masculina, dependente tanto emocionalmente como financeiramente dele, ainda há muito o que avançar quanto a essa temática, conforme dados apresentados pelas pesquisadoras supracitadas (Azevedo, 2019; Rodriguez; Demori; Wolff, 2021). E são esses e outros aspectos que a(s) não-monogamia(s) procuram problematizar, sendo a próxima subseção desse trabalho uma análise sobre o que é defendido pelas pessoas com essa vivência.

## 2.2 – A(S) NÃO-MONOGAMIA(S)

A escolha do título dessa subseção enfoca a polissemia da expressão “não-monogamia”, que objetiva caracterizar diferentes arranjos que buscam, de uma forma ou de outra, se colocar como uma negação da monogamia. Vários são os exemplos que poderíamos falar sobre, desde as relações abertas, as práticas de swing, o poliamor, etc., porém um ponto que precisa ser destacado é que nem todas vão se opor totalmente ao ideal monogâmico (Perez; Palma, 2018). Este trabalho, no entanto, apesar de compreender a pluralidade de significados existentes, seguirá seu estudo tendo como base um entendimento político de não-monogamia, considerando que viver a não-monogamia não implica necessariamente estar se relacionando com múltiplas pessoas, como os discursos liberais pregam.

A denominação Não-Monogamia Política é considerada uma criação brasileira que, numa articulação com saberes anticoloniais, se posiciona contra o individualismo, propondo a anarquia relacional, num esforço para quebrar com as narrativas hegemônicas impostas em cada um desde o momento de nascimento (Lima Jr, 2021, 2023). Nesse momento, cabe resgatar um ponto trazido no início dessa seção, quando foi dito que nem todas concepções da não-monogamia têm como horizonte uma negação total da estrutura monogâmica. Isso porque parte desses arranjos podem até questionar o fator numérico entre as pessoas envolvidas, por exemplo, ao invés de um casal, ser um trisal, ou uma “relação aberta” (um casal que tem liberdade para se relacionar sexualmente com outras pessoas), mas a lógica hierárquica da instituição “casal” continua imperando, podendo os outros vínculos que as pessoas podem ter, bem como impedindo que os membros do casal possam exercer plena autonomia sobre os seus corpos (Perez; Palma, 2018; Vasallo, 2022).

Prosseguindo, para maior compreensão de pessoas não inseridas no contexto não-monogâmico, são trazidas algumas expressões utilizadas pela comunidade não-monogâmica brasileira, independentemente do arranjo praticado entre os sujeitos. O primeiro termo é “compersão”, que seria um sentimento próximo da felicidade ou alegria ao ver a pessoa com quem você se relaciona sendo feliz com outro sujeito (Reis, 2017). Isso não quer dizer, entretanto, que os ciúmes não possam vir a acontecer, uma vez que a socialização que temos ao crescer legitima os ciúmes como uma experiência até desejada, ao se crer que uma pessoa sente ciúmes de alguém é porque ela gosta muito desse sujeito. Nesse sentido, livrar-se ou diminuir a crença de uma pretensa posse sobre alguém, seu tempo e sua liberdade é um trabalho para todas as pessoas que desejarem aderir a não-monogamia.

Outro termo importante utilizado por algumas comunidades de pessoas não-monogâmicas é “metamor”, que é alguém que compartilha uma relação com a mesma pessoa que o sujeito, mas que não necessariamente tem um envolvimento entre si. Ansara (2020) destaca que, apesar de representações negativas da mídia, que coloca metamores em uma briga de ciúmes pelo afeto da pessoa em comum da relação deles, isso nem sempre acontece. O pesquisador pontua que os metamores podem ser indiferentes um ao outro, como também podem passar a ter algum envolvimento afetivo-sexual, mas que um não precisa ter mais importância que o outro. Isso seria o que acontece com pessoas que praticam anarquia relacional, que seria essa compreensão de que não há uma relação mais importante que outra, destituindo o sexo como algo definidor nas relações (Ansara, 2020).

Noguera (2020), ao escrever sobre diferentes concepções filosóficas sobre o amar em uma de suas obras, discute como o amor se expressa dentre algumas populações do continente africano. Sob esse aspecto, a vivência dessas pessoas foge dos ditames da monogamia, de distintos aspectos, uma vez que elas rejeitam a entidade casal e procuram viver mais em comunidade. Num treino de compersão, isso se aproxima daquilo trazido por Vasallo (2022), pontuando o potencial produtivo que as redes afetivas podem ter, reconhecendo a importância das pessoas com quem um sujeito se envolve não somente se conhecerem, ou saberem da existência um do outro, mas que possam construir uma conexão entre si.

São movimentos como os estudados pelo referido filósofo que a não-monogamia política procura construir, num esforço artesanal de construção de vínculos sem que a liberdade e a autonomia sejam cooptadas por um discurso que traz promessas rasas, seguindo um *script* já dado, que parte de “ficadas” a um namoro, de um namoro para um noivado e de um noivado até o casamento. Além disso, partir dessa premissa é ir de encontro com a ideia de que as pessoas escolhem conscientemente viver de maneira monogâmica, questionando o teor ético desse renunciar às suas decisões sobre o próprio corpo para um outro alguém, em nome do amor (Lima Jr, 2021; Núñez, Oliveira; Lago, 2021). Vivenciar a não-monogamia, passa a ser, então, em primeiro lugar, respeitar a si e aos próprios desejos, num exercício de autonomia afetiva.

Núñez (2023) complementa essa ideia, ao abordar o fato de que não há um manual de como ser a pessoa não-monogâmica perfeita, pontuando que aqueles que aderem a esse modo de vida não são seres perfeitos, mais evoluídos, pois ainda podem se defrontar com os fantasmas de sua socialização monogâmica em suas experiências, por exemplo, ao sentir ciúmes de alguém. A autora questiona a ação que certas parcerias podem ter para com as outras no sentido de positiva-las excessivamente, pondo as demais construções afetivas numa posição inferior,

para garantir segurança a essa pessoa amada (uma atitude frequentemente vista nas relações monogâmicas):

Talvez a maior parte das nossas dores venha dessa alta autoestima que as monoculturas nos ensinaram, e para lidar com essas angústias não precisamos de mais reforço de hierarquia, mas justamente de acolhimento à nossa pequenez. Não sendo a pessoa mais linda de todas, nem a mais inteligente, mas justamente por isso, sendo apenas uma pessoa, singular, única, irrepetível no mundo (2023, p. 141).

A referida psicóloga conclui, assim, que as pessoas não-monogâmicas podem encontrar na maneira como o amor se expressa no cotidiano entre os parceiros uma forma possível de fazer uma avaliação da qualidade da relação, analisando o que ela chama, poeticamente, de a escolha dos “temperos afetivos”. Cada relação seria única, tanto as que envolvem sexo, como as que não envolvem (a psicóloga de etnia guarani defende que uma relação que envolve o sexo não é mais importante que outras, combatendo o binarismo relações de amizade x relações de amor), com especificidades específicas que precisam ser respeitadas. Concordando com Núñez, são vistas Hardy e Easton (2020), pontuando que se a pessoa não se guia pelas normas da monogamia, precisa criar, então, para si um novo conjunto de ética para pensar e se posicionar no mundo, sendo tal desafio constante, dado os embates frequentes que irão ocorrer com a lógica normativa.

Alguns outros temas debatidos e defendidos pela literatura relacionada à não-monogamia são a prática do sexo seguro e outros modelos de parentalidade. No livro “Ética do amor livre: guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas”, Hardy e Easton (2020) exploram o que uma pessoa eticamente promíscua deveriam considerar, no que tange suas relações sexuais. As autoras debatem métodos de contracepção e de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis, reconhecendo a imprescindibilidade da honestidade entre os parceiros para que todos possam aproveitar a sexualidade entre si da melhor maneira possível, sem causar alardes morais.

Chegando próximo a um fim dessa subseção, observamos que as discussões em torno da parentalidade retomam um ponto já exposto nesse trabalho, que é o retorno a um modo comunitário de vida, com as divisões de tarefas no que tange o cuidar das crianças (Hardy; Easton, 2020). Nesse aspecto, o campo da não-monogamia toma para si contribuições do feminismo, considerando a sobrecarga de tarefas que mulheres enfrentam no cotidiano, sobretudo as da classe trabalhadora, que precisam trabalhar e ainda dar conta das tarefas domésticas, e denuncia que uma não-monogamia sem repensar a distribuição de tarefas dentro

dos lares não é uma não-monogamia justa e equitativamente libertadora (Kollontai, 2021; Núñez, 2023).

A seguir, será discutido como a psicologia se manteve por fora desse tipo de debate, por muito tempo, sendo uma perspectiva crítica quanto ao campo das dissidências quanto a forma de viver a sexualidade e o gênero uma experiência recente, inclusive para a monogamia e a não-monogamia.

### 2.3 – A PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO DA NORMATIVIDADE

Nessa subseção serão apontados percursos normativos que a psicologia, historicamente, teve em relação às dissidências de gênero e sexualidade, o que levou a diversas ações preconceituosas. Dessa maneira, teremos subsídios para apontar uma direção contrária, propositiva para com uma psicologia realmente implicada na construção de uma sociedade preocupada em não reciclar posturas incoerentes com uma visão que decide acolher a diversidade humana em todas as suas formas.

Assim, como dito, a psicologia tem um passado obscuro no que tange pessoas que não seguem as normas de gênero e sexualidade. No Brasil, por exemplo, inicialmente a homossexualidade foi considerada um pecado, depois um crime, até que, após a independência do Brasil, ela passou a ser tratada como uma doença que deveria ter sua gênese parada, como traz Freire e Cardinali (2012). Tais autores relatam que uma técnica sugerida nos estudos daquela época para a prevenção contra a homossexualidade seria a convivência das crianças com o gênero oposto ao seu.

A cura, por sua vez, poderia vir através de técnicas mais “leves”, como o aconselhamento para o retorno à normalidade, mas havia outras mais obstinadas, como obrigar os homossexuais a transar com pessoas vestidas com roupas do gênero que a pessoa sentia atração (mulheres vestidas como homens, para que homens gays transassem com elas) ou a tentativa de obrigar esses sujeitos a pernoitar com pessoas do gênero que não lhes atraia, completamente nuas (Freire; Cardinali, 2012).

Contudo, com o passar do tempo, o campo da saúde mental tornou-se crítico em relação a essas visões reacionárias. Um dos resultados disso foi retirada das sexualidades dissidentes da heteronorma dos manuais classificatórios internacionais de doença, no âmbito mundial, no início da década de 90, e depois, em nível nacional, o surgimento da Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Essa resolução trata de como profissionais da psicologia devem agir diante de questões relativas à orientação sexual: o profissional de psicologia não

pode contribuir com visões preconceituosas para com esse público; é impedida a prática de ações que favoreçam a um discurso patologizador de orientações sexuais diferentes da norma, tais como criação ou participação em eventos ou serviços que tenham como proposta uma cura para as sexualidades dissidentes.

O mesmo pode ser dito sobre as discussões em torno da transgeneridade. Num primeiro momento, a transgeneridade era vista como um transtorno mental cuja a cirurgia de redesignação sexual era a única forma de um alívio para o sofrimento daquele sujeito que era visto como alguém que nasceu no corpo errado, já que a psicoterapia não era interpretada como uma ferramenta capaz de trazer um verdadeiro conforto para esse sujeito, como trazem Favero e Souza (2019). Assim, o que se viu foi um desenvolvimento de ideias de transgeneridade excessivamente pautadas por características biológicas, numa lógica essencialista em que as pessoas trans precisavam performar/reforçar diferentes estereótipos de gênero para terem sua identidade reconhecida.

Entretanto, pouco a pouco, isso foi mudando (através da luta do movimento transgênero), com a retirada da categorização da transgeneridade como um transtorno mental no DSM-V e no CID-11, o que ainda não é o suficiente, aponta a literatura. Nesse sentido, é pautada a retirada completa disso que é somente uma forma de se expressar no mundo dos manuais de saúde e de diagnóstico, pois a mudança gramatical não alterou radicalmente a forma de pensar a transgeneridade, considerando a manutenção de uma lógica diagnóstica em ambos materiais citados<sup>3</sup>, pautados na mesma lógica essencialista denunciada acima (Favero; Machado, 2019).

Arelado a isso, surge o debate acerca do diagnóstico ser feito estrategicamente, para obtenção de cuidados em saúde e apoio no processo de transição hormonal ou acesso a cirurgias dentro do Sistema Único de Saúde ou na esfera privada, como Gallas, Brito e Silva (2019) trazem. Todavia, é importante ponderar até que ponto esses diagnósticos “benevolentes” trazem benefícios, dada sua relação com a tutela da plena autonomia das pessoas trans e a criação de um modo “legítimo” de viver a transgeneridade (Favero; Machado, 2019; Favero, 2020).

Ademais, ainda no campo da dissidência de gênero, vale lembrar da inovadora resolução 01/2018 do CFP, que, antes mesmo da OMS decidir não mais considerar as identidades trans um transtorno mental no CID-11, pontuou ser papel dos profissionais de psicologia não agirem de modo a patologizar as identidades trans, respeitando a autodeterminação de gênero das

---

<sup>3 3</sup> Aqui é visto como as diferentes ciências podem se aliar ao engessado pensamento cisgênero, limitando o devir de pessoas trans.

pessoas que fogem da cisnorma. Consonante a essa luta contra a LGBTfobia, o CFP lança o guia de “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+” (2023), se comprometendo em subsidiar a classe profissional a fim de mitigar o preconceito contra a diversidade de sexualidade e de gênero.

Uma possível interpretação para esses acontecimentos, além das ações dos movimentos sociais organizados, é o ingresso de grupos dissidentes da norma nos espaços formais da educação superior, não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos ativos no processo científico, que ecoam seu percurso histórico e lançam luz a elementos outrora vistos como naturais, questionando a veracidade desse status.

Essa inserção é importante para impulsionar o avanço na conquista de direitos e de espaços, uma vez que, por mais que o campo da psicologia tenha esses avanços, ela é construída por diferentes forças, inclusive aquelas que são retrógradas e desejam o retorno a uma época em que o preconceito era normalizado. A eleição para o CFP em 2019 ilustra isso, quando uma chapa foi lançada tendo como proposta a defesa da ideia de que as pessoas LGBTQ+ poderiam passar por um tratamento para não serem mais assim (Farias, 2019).

A monogamia e o seu tipo de amor basilar, o amor romântico, no entanto, como já denunciado, ainda não têm recebido a mesma quantidade de atenção que as demais críticas citadas acima. Na verdade, quando se olha passado, o que se percebe, conforme pontuado por Grunt-Mejer e Łyś (2019), é que nos anos 70 e 80 os profissionais de psicologia bradavam em pesquisas sobre como eles percebiam as pessoas não-monogâmicas como sujeitos com transtornos mentais com medo de assumir compromissos, revelando também que procuravam conduzir o processo terapêutico de modo que essas pessoas deixassem de querer de vivenciar a não-monogamia. Contudo, como as autoras trazem, pouco mudou de cinquenta anos atrás para agora, pelo menos na realidade internacional, pois os poucos estudos mais recentes sobre como profissionais de psicologia percebem a não-monogamia mostram que eles ainda desconhecem o tema e agem de modo inadequado diante dessas demandas, mesmo após várias publicações de pesquisas que desmentem os estereótipos difundidos décadas atrás. No Brasil, por sua vez, não foram achados estudos dessa natureza. E se um problema não é apontado, levado ao foco, a probabilidade de seus impactos serem deixados de lado pode ser grande.

Voltando para território internacional, estudos como o de Ansara (2020) lançam luz sobre a interface que a psicologia pode ter com a não-monogamia, trazendo um outro nome para a mononormatividade: monogamismo – a crença de que relações monogâmicas são superiores e mais saudáveis do que as relações não-monogâmicas. Com isso, o autor explora

como o profissional de psicologia pode reproduzir o monogamismo em suas práticas quando pensa que a psicoterapia com uma pessoa não-mono seria igual a psicoterapia com qualquer outro sujeito, não reconhecendo microviolências que podem vir a acontecer, caso o psicoterapeuta não for capacitado para atuar com essa população.

Schedinger, Moors e Sakaluk (2018) partem dessa mesma premissa que Ansara (ibidem), quando pesquisam a percepção de pessoas não-monogâmicas quanto a atitudes de seus terapeutas frente ao assunto não-monogamia. Nesse estudo, eles verificaram que condutas mais positivas diante do tema em tela foram associadas a uma avaliação mais positiva do serviço prestado pelo psicoterapeuta, fortalecendo o vínculo terapêutico. Por outro lado, quando o profissional de psicologia tinha práticas negativas (as três mais frequentes na amostra foram: presumir que o paciente era monogâmico, não ter conhecimento sobre não-monogamia e não apoiar a vivência não-monogâmica, porém a lista com todas pode ser vista no trabalho deles), a probabilidade de a pessoa não aderir à terapia é maior, o que poderia levar a um agravamento em alguns quadros de saúde mental, como aduzem os referidos pesquisadores.

Já no Brasil, essa é uma seara de exploração ainda bem recente. Carvalho (2021) em revisão bibliográfica sistemática da produção brasileira sobre não-monogamia de 2004 a 2021 aborda como a academia brasileira tem muito a trabalhar no que tange esse assunto. Nos resultados da referida obra, o autor debate os 21 trabalhos encontrados que atendiam aos critérios de inclusão, sendo um ponto de destaque que não foram vistos estudos sobre a atitude de psicoterapeutas diante dos temas monogamia e não-monogamia.

O que foi visto é como as pessoas não-monogâmicas são, majoritariamente, colocadas no papel de sujeito de pesquisa, enquanto a norma e o pensamento advindo dela é raramente colocada em pauta (Carvalho, 2021). O autor pontua isso, ao mesmo tempo que pergunta o porquê de uma área que estuda a subjetividade humana não explorar uma questão tão estruturante e central em nossa sociedade, pergunta essa que perpassa a construção do presente trabalho.

Caumo (2021), em sua dissertação de mestrado, segue uma linha diferente nos estudos brasileiros, e procura investigar o papel do tipo de relacionamento que o sujeito “escolhe” para si (monogâmico ou não-monogâmico) na relação entre a exclusividade em relacionamentos e o bem-estar subjetivo. Dividindo seu estudo em duas partes, na primeira, ele buscou construir uma escala para medir a escala “Exclusividade em Relacionamento”, procurando evidências de validade e fidedignidade. O instrumento final tem 11 itens e é dividido em dois fatores, quais sejam: monogamia (vontade em se relacionar somente com uma pessoa) e fidelidade (o quanto uma pessoa está disposta a ser fiel em sua relação afetivo-sexual).

Na segunda etapa da sua dissertação, Caumo objetivou verificar o efeito da Exclusividade no bem-estar subjetivo de pessoas em relacionamentos monogâmicas e pessoas em relacionamentos não-monogâmicos. Os resultados vistos foram que ambos os fatores da escala criada pelo autor da dissertação não impactaram significativamente o bem-estar subjetivo de pessoas não-mono, enquanto para pessoas em relações monogâmicas o fator monogamia houve um impacto positivo. Contudo, ele ressalta que o grupo das pessoas em relações monogâmicas continha indivíduos com diferente vinculação ao traço Monogamia, algumas em níveis mais altos e outras num nível mais baixo. Por fim, nesse último caso, é discutido que tais pessoas podem acabar escolhendo viver relações condizentes com a monogamia por motivos relacionados a questões histórico-culturais, mas que isso teria um impacto em seu bem-estar subjetivo.

Paranhos (2023), com o seu trabalho de conclusão de curso, traz uma compreensão psicanalítica acerca da não-monogamia, pontuando questões sobre o bem-estar de alguns pacientes acompanhados por ele. Para tal, o autor se ancora tanto em escritos freudianos, como naqueles que vieram após o famoso psicanalista, para demonstrar que há um entendimento psicanalítico de que o investimento libidinal que, em tese, deveria envolver o outro (e não a si mesmo, num jogo narcísico) após o período da puberdade, ocorre não conforme a leis naturais e a-históricas, mas sim a partir de construções culturais e (re)produzidas ao decorrer dos tempos. A sexualidade e tudo atrelado a ela passa a ter também um selo de reconhecimento como produto da história.

Em outras palavras, e complementando essa ideia vista por ele nos escritos da psicanálise, ele foge da associação mais acessível ao senso comum de que o desejo pode ser investido em qualquer pessoa independentemente do seu gênero (numa alusão a aquilo que foge da heterossexualidade), pontuando que a libido pode, também, ser investida, dividida ou multiplicada para diferentes destinos – diferentes pessoas, seja qual for o tipo de relação estabelecido com esses outros sujeitos. Isso ocorre, conforme a mesma autoria, não eliminando qualquer tipo de sofrimento, pois o paciente ainda estaria imerso numa dinâmica de busca por algo que lhe falta, mas, sim, havendo a formação de novas maneiras de experienciar a angústia. Assim, o psicólogo conclui que não há o que torne uma dessas “escolhas” (uma vivência monogâmica ou uma não-mono) melhor que a outra, para a saúde mental do sujeito.

Por fim, é importante pontuar que fazer uma comparação entre a dedicação feita por cada uma das abordagens da psicologia ao tema desse estudo foge do escopo dos objetivos da presente pesquisa, contudo, dado o fato de que essa pesquisa parte de uma compreensão da Psicologia Histórico-Cultural, cabe pontuar a falta de trabalhos publicados, ao menos no Brasil,

que versam sobre a sexualidade humana, e muito menos ainda, especificamente, sobre temas como monogamia e não-monogamia, dentro dessa abordagem da Psicologia. Assim, na próxima subseção, irá ser feita uma apresentação sobre as principais contribuições dessa perspectiva da psicologia, destacando de qual forma ela traz um diferencial para uma clínica emancipadora.

## 2.4 – O OLHAR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO HUMANO

A Psicologia Histórico-Cultural (PHC), base de compreensão para o presente estudo, surge no início do século XX, a partir de contribuições dos psicólogos soviéticos L. S. Vigotski e seus discípulos, como A. R. Luria e A. N. Leontiev. Essa construção que busca unir teoria e prática nasce num momento histórico único, quando a Rússia passou pelo processo revolucionário de tomada do poder pelo povo, tornando-se pouco depois a União Soviética. Diante dessa realidade de várias mudanças, Tuleski (2008) trata do desejo de Vigotski em criar uma nova psicologia que pudesse subsidiar o desenvolvimento pleno dessa nova sociedade que estava nascendo, superando as dicotomias propostas pelas correntes psicológicas de seu tempo.

Para operacionalizar esse projeto de psicologia geral, superando a crise na ciência psicológica enfrentada em sua época, que fragmentava o sujeito no fazer científico, Vigotski teve como embasamento o Materialismo Histórico-Dialético em suas investigações. O pesquisador acreditava, então, que:

A superação destas psicologias só seria possível com a elaboração de uma "nova psicologia" que tratasse a relação homem e natureza de uma perspectiva histórica, na qual o homem fosse produto e produtor de si e da própria natureza. Caberia a esta "nova psicologia" a tarefa histórica de superação deste dualismo, mais condizente com o "novo homem" que se produziria na sociedade comunista (Tuleski, 2008, p. 91).

Entretanto, Vigotski faleceu muito jovem, deixando como legado a tarefa para seus alunos e colaboradores o maior desenvolvimento de sua psicologia geral, assentados no marxismo. O que se seguiu, foi o desenvolvimento de diferentes vertentes dentro da PHC que, apesar de terem como base comum o marxismo e a compreensão do desenvolvimento do psiquismo como produto histórico-cultural, se distanciam na maneira de compreensão dos fenômenos que investigam (Longarezi, 2020). É por meio das contribuições iniciais do psicólogo bielorrusso que as demais são continuadas, reformuladas e contestadas.

Lima (2023) aborda a inserção tardia das obras de Vigotski no Brasil, ao considerar que os primeiros livros traduzidos foram publicados na segunda metade do século passado, com tais

obras recebendo traduções inadequadas, marcadas por um processo de diluição ideológica do marxismo presente na obra do autor. A mesma autora também ressalta a falsa crença de que a Psicologia Histórico-Cultural não conseguiria subsidiar uma prática clínica, considerando que as apropriações iniciais desse corpo teórico foram popularizadas no campo da educação. Entretanto, o projeto de psicologia geral idealizado por Vigotski e colaboradores tinha como intenção fornecer caminhos para toda a psicologia, sendo possível, então, compreender o desenvolvimento do psiquismo, bem como o seu adoecimento, numa prática clínica (Lima, 2023).

Para isso, a PHC considera o desenvolvimento como algo construído com base na relação dialética entre o biológico e o social, sem antagonizar uma esfera com a outra, pelo contrário, pois o biológico é a base sob a qual o desenvolvimento histórico-social vai agir. Partindo dessas concepções vigotskianas, Martins (2020) elabora que é por meio da apropriação de signos, isto é, da inserção na cultura historicamente produzida, que nós nos tornamos humanos, superando as funções psicológicas elementares (herdadas pela filogênese) e partindo para uma constituição psíquica superior.

Vigotski (2000), no livro “A construção do pensamento e linguagem”, traz a compreensão de que para entender o psiquismo humano, precisamos compreender a relação entre pensamento e linguagem. Nesse estudo, o autor demarca que a linguagem não é um reflexo do pensamento, nem o pensamento o local onde a linguagem se expressa, mas onde ela se realiza. Um ponto importante visto nessa obra do soviético, importante para o presente trabalho e que merece destaque é a diferenciação entre significado e sentido.

Tal diferenciação será feita no livro citado, amparada pelo que trouxe o francês Frederic Paulham, com a definição de sentido como a soma de todos os fatos psicológicos que a palavra evoca em nossa consciência, sendo tal formação dinâmica, fluida e complexa, com diversas zonas de estabilidade variada. O significado, por sua vez, é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire em um contexto específico, sendo mais estável, uniforme, exato e compartilhado socialmente. Enquanto o sentido de uma palavra pode mudar conforme o contexto, o significado permanece imutável. Esta distinção feita reconhece os sentidos como um fato inconstante, produzidos através do contexto, o que significa dizer que o processo de significação só pode ser entendido através da apreensão total do acontecimento (Vigotski, 2000).

Prosseguindo, outro elemento capaz de subsidiar no avanço da apresentação teórica da presente pesquisa é um outro conceito elaborado por Vigotski, qual seja este, a vivência, desenvolvido na quarta das suas sete aulas sobre a pedagogia (Prestes; Tunes, 2018). Ao abordar

o referido conceito, o pesquisador soviético o descreve como uma unidade entre a personalidade da pessoa e o meio que circunda essa pessoa, sendo tal constructo descritivo de como cada indivíduo vai significar o mundo, numa conexão entre aspectos cognitivos e afetivos. Uma conclusão que se pode tirar disso, então, é que cada pessoa vai ter uma vivência diferente de um determinado fenômeno, ainda que o fenômeno seja o mesmo, por conta de diferentes fatores como experiências de vida distintas, idade, cultura e mais.

O intuito ao mostrar algumas dessas contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o entendimento do psiquismo é orientar acerca de como os dados coletados serão interpretados, à luz do fato de que as condições objetivas disponíveis para cada indivíduo impactam no desenvolvimento do psiquismo, e não são iguais ou as mais positivas possíveis para todo mundo, dada a desigualdade social oriunda da divisão em classes, em conformidade com o modo de produção capitalista (Carvalho; Martins, 2020). Pensar nisso significa, inclusive, não somente refletir em como a consciência dos clientes que iremos lidar na clínica se desenvolve, mas também as dos profissionais de psicologia que irão atender esse público, o que nos leva à última parte dessas apresentações teóricas, qual seja: o potencial de uma prática clínica (histórico-cultural) que questione a estrutura monogâmica.

Estudos sobre a sexualidade humana pelo viés da Psicologia Histórico-Cultural ainda são incipientes. Nessa seara, o trabalho de Oliveira Neto (2023) parte de pressuposto da PHC de que não existe um ser apartado do meio social, independente das condições históricas que moldaram o mundo, para falar sobre a psicoterapia com casais. Conforme o pesquisador, citando Vigotski (2010), a sexualidade tem um papel vital como um impulso na vida psíquica, influenciando nossas necessidades, complexificando os motivos que orientam a nossa conduta e dando origem a motivos intrincados para nosso comportamento.

Por conseguinte, é pontuado como as significações, isto é, a apropriação e subversão dos significados, lhes atribuindo sentidos próprios, produzidas pelos indivíduos nessa esfera de sua vida (como nas demais) passam pela influência de elementos sócio-históricos, interpessoais e singulares (Oliveira Neto, 2023). Essa reflexão pode ajudar a colocar em prática o pensar a respeito do impacto da monogamia não somente nas construções relacionais observadas na sociedade, mas também nas funções psicológicas superiores (FPS).

Tal compreensão pode partir do que já foi exposto anteriormente acerca do desenvolvimento das FPS, que surgem primeiro no plano interpsicológico e depois no intrapsicológico, através da mediação cultural e simbólica (Martins, 2020). Logo, dada a forma como grande parte da sociedade ocidental vive hoje, com a monogamia positivamente valorada

nas mais diferentes esferas, é possível identificar que a maquinaria histórica e cultural da estrutura monogâmica obteve sucesso em orientar como os afetos devem ser vividos.

Sob essa égide, aludimos aos constructos do psicólogo cubano radicado no Brasil, Fernando González Rey, que traz subsídios importantes para pensar a PHC na prática da psicoterapia, ainda considerando que esse não foi um principal objetivo nas obras soviéticas, como traz o cubano (Rey, 2007). Nesse sentido, Rey trata do papel do profissional de psicologia na psicoterapia, qual seja, verificar como a pessoa vivencia o mundo, possibilitando o surgimento de novos sentidos subjetivos (unidade entre simbólico, cognitivo e emocional) diante das situações que o indivíduo enfrenta, a fim de que uma nova configuração subjetiva ocorra.

Contudo, o autor cubano revela, ainda nessa mesma obra, que mesmo dentro do *setting* terapêutico o mundo externo se faz presente por conta de nossa interação constante com a subjetividade social. Tal fenômeno é descrito como um desdobramento das representações sociais e os diferentes discursos hegemônicos presentes na sociedade, influenciando os sentidos subjetivos nas configurações (subjetivas) dos pacientes atendidos, o que revela um peso em como as demandas subjetivas emergem durante a psicoterapia.

Ademais, outra característica da psicoterapia pela via da Psicologia Histórico-Cultural, como traz Clarindo (2020), apoiado em Rey, é que o espaço da psicoterapia é dialógico, o que significa dizer que o terapeuta não parte de uma perspectiva verticalizada de condução do tratamento, ainda que ele tenha uma ação intencional no processo a fim de que o paciente possa se tornar cada vez mais sujeito de suas próprias experiências de vida. Dessa maneira, partindo da sumarização sobre a clínica histórico-cultural vista na obra de Clarindo (2020), podemos pensar em como diante das vivências trazidas a respeito das relações amorosas na vida do sujeito, cabe ao profissional, munido de uma compreensão da historicidade dos vários atravessamentos sociais, criar espaços simbólicos que auxiliem a pessoa em tratamento a produção de novos sentidos sobre si e suas relações com as outras pessoas, criando rupturas em maneiras engessadas de vivenciar os afetos.

Adotar essa postura não significa proferir que o psicoterapeuta histórico-cultural irá assumir uma postura de panfletagem de não-monogamia, convocando todos os seus pacientes a terem essa vivência, até porque isso não estaria de acordo com o código de ética profissional da psicologia, que proíbe os psicólogos de induzirem seus clientes a convicções políticas, de orientação sexual e etc. quando ele estiver no exercício de sua função (CFP, 2005).

Pelo contrário, para a psicoterapia histórico-cultural, o processo de conscientização tem seu enfoque na mediação simbólica intencional para compreensão do mundo externo e interno, identificando condições materiais que o vulnerabilizam, como traz Clarindo (2020). Dessa forma, caminhando para o fim dessa subseção, salienta-se que cabe ao profissional ter também essa compreensão desenvolvimento das funções psicológicas-superiores à luz da estrutura monogâmica, sendo uma tarefa extra daqueles longe desse tipo de debate procurar, também, se informar a respeito do tema, a fim de que uma escuta enviesada não ocorra.

Os passos para tal prática, contudo, não serão elaborados aqui, visto que fogem da proposta para o presente trabalho. A despeito disso, pode-se dizer que sim, há dentro da Psicologia Histórico-Cultural uma potente semente revolucionária e disruptiva para com a ordem do *status quo*, trazendo reforços para o projeto de Psicologia Geral (tal como defendida por Vigotski, partindo de uma visão marxista) que se preocupe, também, com questões do campo da sexualidade. Isso mostra, mais do que nunca, que a Psicologia Histórico-Cultural é continuada, atualizada e se faz presente.

### 3. PERCURSOS METODOLÓGICOS

A abordagem desta pesquisa foi qualitativa, com caráter exploratório. De acordo com Minayo (2002), uma pesquisa qualitativa busca responder aos fenômenos mais particulares e dificilmente quantificáveis, tendo como preocupação trabalhar os significados, sentidos, motivos, crenças, valores e atitudes presentes nas relações socioculturais. O método exploratório dessa pesquisa, por sua vez, é explicado através de Gil (2008), o qual afirma que esse tipo de pesquisa busca compreender experiências pouco exploradas, como as da presente pesquisa, objetivando servir de apoio para futuras pesquisas. Ambas as escolhas se justificam pelo objeto de estudo ser dificilmente quantificável, bem como porque essa ser uma área de pesquisa com ainda muito a descobrir no Brasil.

Para a produção dos dados, foi realizada uma pesquisa de campo, através da realização de entrevistas narrativas do tipo episódicas. As entrevistas narrativas, através da retomada das memórias dos indivíduos, por meio da fala, implicam na possibilidade de novas interpretações dessas histórias contadas (Sahagoff, 2015). Muylaerte *et al.* (2014) tratam que trabalhar com entrevistas narrativas é saber que o conteúdo que a pessoa irá trazer em sua fala não necessariamente é a verdade absoluta sobre aquela experiência, mas sim um recorte específico da realidade que é refratado pela vivência daquele sujeito, o qual é atravessado por diferentes variáveis sócio-históricas. Além disso, os referidos autores complementam como não é somente o conteúdo trazido que é levado em conta no fazer desse tipo de pesquisa, mas também como esse conteúdo é dito, seja no tom de voz, as pausas, silêncios e etc. Por conseguinte, o entrevistador precisa, ao mesmo tempo que ser ativo no processo, buscar deixar a pessoa o mais confortável possível para que os dados venham com maior facilidade.

Dentro do bojo das entrevistas narrativas, Flick (2004) define as entrevistas episódicas como um empreendimento para investigar as representações sociais que determinado grupo tem a respeito de um tema. Tudo começa a partir de uma introdução ao entrevistado do tipo de trabalho que será feito, pedindo a essa pessoa para contar sobre experiências que teve com o nosso objeto de estudo. Isso estando compreendido, o entrevistador pode seguir seu rumo, indagando desde as experiências mais primitivas e particulares do sujeito sobre o tema, até chegar a um nível de abstração maior, procurando verificar o entendimento geral dele sobre o campo de estudo (Flick, 2002). Assim, destaca-se que o roteiro de entrevistas se encontra no Apêndice B deste trabalho.

Participaram da pesquisa quatro profissionais de psicologia brasileiros, apesar de originalmente ter sido pensado em trabalhar com cinco profissionais diferentes, ponto repensado assim que se chegou na saturação dos dados (Ribeiro; Souza; Lobão, 2018), o que levou ao término do trabalho de campo, afinal não apareciam mais novos conteúdos que justificassem a realização de outras entrevistas. Para inclusão na pesquisa, as pessoas precisavam estar formadas e trabalhando como psicoterapeuta há, pelo menos, um ano, a fim de que possam ter tido contato com a temática dessa pesquisa, seja em seu trabalho clínico (presencial ou online) ou nos estudos.

As entrevistas ocorreram via a plataforma digital *Zoom*, sendo essa escolha pelo encontro digital coerente com o desejo de ampliar o leque de possibilidade de profissionais a entrevistar, englobando pessoas que vivem em outras cidades, bem como pelo fato desse encontro remoto poder facilitar a compatibilidade com a agenda dos profissionais que também vivem em Salvador. Destaca-se que os nomes das/os participantes foram substituídos por nomes fictícios.

As pessoas foram selecionadas por amostragem por conveniência, fazendo uso da técnica da bola de neve. Gil (2008) defende a amostragem por conveniência como uma técnica em que o pesquisador utiliza em sua investigação elementos cujo acesso é fácil. Como resultado, a coleta de dados pode ser rápida e demandar menos gastos (Marotti *ET al.*, 2008). Já a técnica da bola de neve pressupõe o uso dos primeiros participantes da pesquisa (ou sujeitos que possam conhecer pessoas mais próximas do campo do estudo) como informantes de possíveis novos entrevistados, formando uma rede de contatos para o pesquisador (Nelma; Munhoz, 2011).

A escolha de técnicas como a da bola de neve se justificou porque, como elucida Vinuto (2014), elas permitem o pesquisador a encontrar mais rapidamente participantes para uma pesquisa que investiga assuntos socialmente estigmatizados, sendo este o caso do presente trabalho, uma vez que as pessoas indagadas terão dentre seus vínculos mais sujeitos capazes de contribuir com o que está sendo procurado, facilitando a busca do pesquisador.

Ademais, é importante ressaltar também que, para que as entrevistas de fato ocorrerem, esses sujeitos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ver Apêndice A. Esse documento contou com as informações gerais da pesquisa, como a participação daquele sujeito iria contribuir para o projeto, bem como noção dos possíveis benefícios e riscos que a participação dele poderia trazer.

Como principal contribuição, destacou-se um melhor entendimento sobre a influência que a monogamia pode ter no fazer dos psicoterapeutas na clínica, sobretudo com pessoas dissidentes da estrutura monogâmica ou que possam vir a se tornar. E como riscos, o desconforto que as questões do roteiro de entrevista poderiam causar no participante quando for convocado para refletir sobre questões envolvendo sua sexualidade, afetividade, bem como aspectos de sua prática profissional. Para além do que já foi citado, pontuou-se também o fato de que pelo tema poder ser considerado tabu, talvez houvesse sentimentos mobilizados por posicionamentos morais e concepções religiosas.

Apesar do que foi apontado, os responsáveis pela pesquisa estavam capacitados para contornar possíveis eventos desconfortáveis no momento de elaboração das narrativas dos episódios, ao minimizar os riscos e constrangimento através da escuta acolhida com cuidado, respeito e sem interpretações e julgamentos frente aos assuntos mais delicados. Aliado a isso, as/os participantes foram informados que a identidade delas/es seria preservada e que as entrevistas seriam gravadas somente após seu consentimento.

Tudo isso foi feito ressaltando que os riscos foram estudados e minimizados, uma vez que o trabalho foi construído pensando nos ditames das pesquisas com sujeitos humanos, em conformidade com a Resolução 510/2016, também do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa seguiu as diretrizes desta Resolução e foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), CAAE 766337223.2.0000,0057.

Por fim, os dados foram analisados de acordo com a análise dos núcleos de significação do discurso, definida por Aguiar (2007) como uma estratégia alinhada com o materialismo histórico-dialético, pilar teórico condizente com o cerne da Psicologia Histórico-Cultural e motivo pelo qual esse método foi escolhido para esse trabalho. É uma maneira de compreender o discurso para além das aparências e daquilo que é imediato, indo em busca de constructos que levem a uma apreensão da historicidade dos processos em voga. Isso se revela importante, expõe Aguiar (2007), ainda descrevendo esse método, porque por mais que a subjetividade seja construída através da objetividade, se limitar a análise intradiscurso pode não revelar a abrangência real da questão explorada.

Fazer essa análise com base nos núcleos de significação do discurso, como Aguiar, Aranha e Soares (2021) discorrem, é uma forma de identificar como os sujeitos os sentidos criados pelos sujeitos subvertem os significados partilhados socialmente, sendo os núcleos de significação unidades dialéticas próprias de como cada pessoa vivencia o mundo. É, também,

investigar no pensamento as necessidades e motivos que guiam a atividade dos sujeitos (Aguar; Ozella, 2006).

Logo, a fim de dar conta de explorar a significação dada pelos sujeitos da pesquisa, as entrevistas foram transcritas e os seguintes passos dados por Aguiar e Ozella (2006) em relação a esse método foram respeitados: leitura flutuante com identificação de pré-indicadores para a constituição dos núcleos futuros, seguida por uma aglutinação dos pré-indicadores em indicadores, e, por fim, a reorganização desses indicadores na construção dos núcleos de significação. A seção que se segue apresenta os núcleos de significação criados a partir das entrevistas com as quatro pessoas entrevistadas, os quais serão analisados à luz das teorias que subsidiam esse trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista os objetivos de investigar o impacto das significações atribuídas pelas/os profissionais da psicologia à estrutura monogâmica na sua atuação como psicoterapeutas brasileiras/os, será descrito como essas pessoas tiveram contato com o tema estrutura monogâmica em sua construção de carreira, analisando as suas significações atribuídas quanto a estrutura monogâmica, e verificando como tais profissionais percebem as pessoas não monogâmicas em sua atuação como psicoterapeutas. Assim, os resultados apresentados nesta seção são frutos das entrevistas episódicas das/os quatro profissionais de psicologia da amostra dessa pesquisa.

O Quadro 1 que se encontra a seguir dispõe de algumas informações necessárias para se conhecer melhor o perfil das pessoas entrevistados. Após ele, alguns comentários gerais sobre a amostra final serão feitos, até que os núcleos de significação sejam apresentados e debatidos.

**Quadro 1:** Perfil dos entrevistados.

| Nome | Idade | Gênero    | Sexualidade   | Raça   | Anos de experiência | Abordagem            |
|------|-------|-----------|---------------|--------|---------------------|----------------------|
| E1   | 59    | Feminino  | Heterossexual | Branca | 4 anos              | Psicanalise          |
| E2   | 31    | Feminino  | Heterossexual | Negra  | 8 anos              | TCC                  |
| E3   | 34    | Masculino | Homossexual   | Negro  | 6 anos              | Psicologia analítica |
| E4   | 32    | Masculino | Bissexual     | Branco | 3 anos              | Psicanalise          |

**Fonte:** Autoria própria, 2024.

Um dos desafios durante a procura de profissionais para a pesquisa foi a falta de pessoas que pareciam interessadas em contribuir com o projeto. Comentários acerca do fato do tema ser polêmico ou “muito íntimo” apareciam aos convites serem disparados, o que pode ter impedido que essa pesquisa chegasse a profissionais que poderiam ter um perfil mais conservador.

De todo modo, a ida à campo continuou, com essas recusas sendo um ponto deixado para reflexão. Ademais, acerca dessa amostra final, salienta-se que as abordagens psicodinâmicas foram as mais frequentes, sendo uma única profissional que não tinha esse perfil, dados que confluem com o que foi encontrado no Censo de profissionais da psicologia do Brasil feito pelo CFP (2022), que identificou que a abordagem mais citada como utilizada por profissionais no país é a psicanálise. Além disso, pontua-se que três desses profissionais

são de Salvador (Bahia), e a única pessoa que não faz parte da amostra soteropolitana é uma psicóloga de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Por fim, somente E3 se identificou como uma pessoa não-monogâmica.

Prosseguindo, com a finalidade de investigar o impacto das significações atribuídas pelas/os profissionais da psicologia à estrutura monogâmica na sua atuação como psicoterapeutas, a partir dos dados coletados, foi possível aglutinar doze indicadores e destes, surgiram três núcleos de significação, que serão apresentados a seguir. A organização dos indicadores em núcleos está exposta abaixo:

**Quadro 2:** Indicadores e núcleos de significação

| Indicadores                                                                                                                                                                                                         | Núcleos de significação                                                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Qual o limite da pessoa?<br>Saber separar<br>Não lembro de ter visto sobre isso<br>Resistência em falar sobre                                                                                                       | Ser e tornar-se psicóloga/o: neutralidade e espaços de formação        |
| Disputa de sentidos<br>Nunca parei pra pensar muito nisso<br>Ciúmes e controle<br>Fusão do casal: acordos explícitos e implícitos<br>É difícil lutar contra                                                         | A norma e o pensar em torno dela: a monogamia está em todos os lugares |
| O ser não-mono<br>Uma pauta ascendente ou uma moda?<br>Isso não é para mim<br>Impactos na vida pessoal do profissional<br>Os desafios enfrentados pelos pacientes<br>Os marcadores de raça/etnia se fazem presentes | Os contatos com a não-monogamia                                        |

Fonte: Autoria própria, 2024.

4.1 O SER E TORNAR-SE PSICÓLOGA/O: NEUTRALIDADE E ESPAÇOS DE FORMAÇÃO

Nesse primeiro núcleo, reúnem-se as significações em torno do ser e tornar-se psicóloga/o, entendendo sobre como a neutralidade opera ao desempenhar essa atividade e como os espaços de formação contribuem para o desenvolvimento das/os profissionais desse campo.

Em primeiro lugar, é preciso retomar o fato de que dois profissionais da amostra são psicanalistas (E1 e E4), uma é terapeuta cognitivo-comportamental (E2) e um último é psicólogo analítico (E3). Trazer isso de volta é importante pois cada abordagem da psicologia tem sua visão de mundo e traz como um profissional aliado a ela deve pensar e trabalhar o psiquismo humano. Destarte, destacou-se como os profissionais alinhados à psicanálise relatam operarem da seguinte forma:

Bom, dentro da psicanálise a gente não intervém muito, né? A gente trabalha com a associação livre, então a pessoa traz as suas situações, o que ela quer e a gente deixa ela livre para falar, tudo aquilo que tem e você vai, às vezes, pontuando algumas questões: qual a responsabilidade dessa pessoa nessa situação, né? Porque às vezes é muito fácil colocar a culpa no outro. Então, qual a sua responsabilidade dentro dessa situação que você está vivendo? (E1)

Eu me coloco nessa posição de não aconselhar os outros sobre o que fazer em seus relacionamentos, tipo, acabar ou não, ou então passar algum tipo de dever de casa, tipo “escreva sobre o seu relacionamento com essa pessoa, com prós e contras”, eu jamais faço isso. Então como que a gente lida, né, a grosso modo, com as demandas neuróticas? A gente tenta fazer a “poker face” e espera que a associação livre faça sua mágica, entendeu? Sua mágica entre aspas. Então, assim, como intervir dentro do relacionamento de outra pessoa que está ali expondo os seus podres todos para você? Eu acho que com o máximo de cuidado possível e sem dar direções, sabe? (E4)

A partir dos relatos, ainda que seja possível apreender como eles se definem como profissionais que não fazem uma condução ativa do processo psicoterapêutico, mas sim uma postura de observação e distanciamento do problema, para evitar contaminações no pensar e agir do analisando, essa definição nem sempre será atingida.

E1 mostrou isso através dos sentidos ambivalentes que dá ao espaço da terapia, pois ao mesmo tempo que se mostra aberta a popularização da vivência das não-monogâmias, ela conserva ainda algumas concepções sobre o amar ainda calcadas na lógica monogâmica, reforçando essa lógica na sua atividade mediadora na clínica, e indo de encontro com o que Souza e Coelho (2012), que partem de uma perspectiva psicanalítica, falam sobre a necessidade do analista em oferecer uma escuta destituída de valores pessoais do profissional.

Um exemplo disso é quando ela trouxe que muitas pessoas chegam para ela com a demanda de terem se interessado por alguém, enquanto já estava numa relação, discorrendo como ela busca entender com o sujeito o que ele buscou nessa outra situação, afinal, segundo a profissional: “em uma relação, de repente, quando você está olhando para o outro, é porque algo já não está ali te satisfazendo dentro dessa relação que você está. Algo aconteceu, surgiu, que outro te chamou a atenção”.

Os demais profissionais, por outro lado, comunicaram ter uma postura mais ativa no processo clínico com seus pacientes, ainda que de maneira cautelosa. E2, por exemplo, fala que iniciou dentro da psicologia analítica e depois fez uma formação para se tornar uma psicóloga cognitiva-comportamental, então ela afirma trabalhar hoje com os pensamentos e suas disfunções, aludindo como nem tudo que se sente é verdade.

Desse modo, ela procura identificar junto com os seus clientes as evidências do que aquilo que eles estão sentindo se pauta na materialidade ou não, tentando trazer uma nova

compreensão daquilo que está se passando: “não é porque eu penso que alguém não me ama, que essa pessoa realmente não me ama. Talvez ela tenha uma outra maneira de demonstrar e a gente precisa olhar um pouco mais para isso”. E3, por sua vez, traz uma postura parecida, procurando construir com seus pacientes que eles precisam entender até onde eles se sentem confortáveis, no que tange seus relacionamentos, independentemente da configuração que a pessoa adote para si.

Em complemento a isso, foi discutido como uma característica essencial que o psicólogo precisa ter é ser neutro, saber separar o que é da pessoa que procura seu serviço e o que é do profissional. Entretanto, é visto também como mesmo que isso seja uma prerrogativa necessária a ser seguida, ainda é difícil levar isso completamente à risca. Nesse ponto, E3 questionou como ele acha “pouco provável que em uma relação, ainda que profissional, entre duas pessoas, as partes não sejam afetadas”, pontuando que o profissional precisa se mostrar sensível às especificidades que aquela pessoa traz para o *setting* terapêutico, procurando entender o que aquilo é para aquela pessoa, mesmo que ele não concorde ou goste desse tema. Consonante a essa sensibilidade de E3, notou-se um discurso interessante de E2 para continuar refletindo acerca dessa questão da neutralidade do profissional:

Eu vejo diferença, mas não sei se é bem na minha postura... (Ela faz uma pausa). É no meu pensamento, porque por mais que a gente tenha o discurso do não julgamento, um espaço livre de julgamentos, eu também sou um ser humano que também é influenciado pela sociedade que eu vivo. Então, eu busco ter o cuidado de não atribuir algum significado que já esteja muito posto. É como se fosse mais uma camada que eu precisasse desconstruir, porque eu sei que eu tenho influência muito forte da monogamia desde muito nova. Então, quando eu atendo uma pessoa não monogâmica, é como se eu precisasse ficar mais atenta a mim, aos meus preconceitos, nesse sentido de já ter uma opinião formada sobre algumas coisas que já estão postas. (E2)

Um ponto de discordância dentro da amostra sobre a última questão apresentada surgiu com E4. Durante a entrevista com este profissional, ele falou sobre se basear em concepções psicanalíticas acerca da importância de o analista cuidar de sua própria subjetividade para não impor suas concepções de certo e errado ao analisando. Ele também afirmou sempre ter interesse em ouvir o que as pessoas trazem para ele. No entanto, em vários outros momentos, E4 demonstrou alinhamento com um pensamento normativo. Dialogando com o trabalho de Schechinger, Sakaluk e Moors (2018), fica claro, a partir das atitudes negativas em relação à não-monogamia vistas na entrevista, que E4 minimiza a importância do tema e não mostra interesse em se informar a respeito. Isso é evidente quando E4 afirma não ver necessidade de uma conduta diferenciada para pacientes que desafiem a monogamia: “Rapaz, eu diria que

não... eu não entendo... eu não vejo por que a escuta teria que ser diferente. Diferente como? Eu não saberia dizer, então acho que não”.

Poderia ser dito que o fato dessa pessoa ter esse tipo de atitude perante a não-monogamia por não ter tido ainda contato direto na clínica com pessoas que vivam dessa maneira, ou ainda por estar atuando na clínica há pouco anos, contudo os resultados de Grunt-Mejer e Łys (2019) mostram o contrário. No referido estudo polonês, é visto como ter instrução de nível superior não livra os profissionais de psicologia de significarem a experiência não-monogâmica de maneira negativa, mesmo quando a pessoa tem mais anos de experiência profissional na clínica. Assim, as pesquisadoras debatem como os profissionais de psicologia são mais propensos a verem as relações monogâmicas como mais positivas, ao mesmo tempo que ainda patologizam as vivências não-monogâmicas, aludindo que alguns dos transtornos que essas pessoas estejam enfrentando seja por conta dessa vivência diferente da norma.

Por fim, se reúnem aqui os sentidos atribuídos ao processo do devir profissional na psicologia dentro dos espaços de formação. Nesse sentido, é percebido a inexistência de quaisquer debates diretos acerca da estrutura monogâmica e da não-monogamia na formação deles, seja na graduação, seja na pós-graduação. Olhando em retrospectiva, a lógica monogâmica aparece como uma estrutura invisível, intocada, destoando do fato de que o adentrar a universidade tenha proporcionado o contato com discussões radicais sobre questionamentos sociais.

No máximo, a experiência vista foi ter a monogamia debatida através de um tema correlato a ela, porém ainda sem grandes desenvolvimentos. Por conta disso, ao refletir no fim da entrevista sobre a experiência que ela passou, E2 mencionou que estava insegura e curiosa com a entrevista, já que o tema não é comumente abordado durante a formação acadêmica, e destacou a importância de discutir o assunto, considerando que, uma hora ou outra, isso vai aparecer na clínica, o que não significa dizer que é necessário ter um modelo rígido a seguir para esses casos.

Essa referida falta de ferramentas disponibilizadas aos profissionais em formação a respeito do tema é um problema debatido no trabalho de Swindlehurst, Sweet e Hoelterhoff (2023), que falam da realidade do Reino Unido, percebendo a carência não somente de pesquisas sobre terapia com pessoas não-monogâmicas, mas também de materiais que se proponham a servir como guias práticos para profissionais de saúde mental que trabalhem com esse público, principalmente no que tange a realidade daquele território.

No Brasil, por sua vez, como já dito anteriormente nesse trabalho, a mesma situação acontece, considerando a falta de atenção que o Conselho Federal de Psicologia tem tido no que tange o público não-monogâmico. Assim, as tentativas vistas na nossa realidade para uma capacitação que busque desconstruir os feitos da norma vêm mais de esforços individuais de alguns profissionais que buscam criar cursos para isso, como o pessoal do grupo paulista<sup>4</sup> “Reflexões e Conexões Não-Mono”, numa tentativa de preencher o vazio institucional deixado.

Um desses esforços individuais foi observado dentro da amostra, a partir de E3, professor do curso de Psicologia de uma faculdade de Salvador, e que se vê hoje nessa posição de trazer o debate sobre a naturalização da estrutura monogâmica dentro do ambiente acadêmico. O que nasceu a partir desse movimento foi uma percepção de que é mais fácil falar sobre gênero, raça e sexualidade, ainda que as pessoas tenham confusão sobre esses temas (alguns alunos não conheciam o termo "pessoa cis", ao abordar questões de gênero), do que tentar desconstruir significações enraizadas na monogamia. Desse modo, ele adverte:

Agora, quando a pauta é monogamia, não-monogamia, aí pega. E o que eu percebo que pega mais é pela construção dos sistemas de crenças dessas pessoas. É... e aí é um momento, inclusive, para a gente conversar sobre o fato de que, olha, a gente precisa separar as suas crenças e a sua construção subjetiva sobre a sua vida da sua percepção profissional, porque você vai lidar com pessoas diversas na sua prática profissional e que não necessariamente corroborem com as suas construções de base, né? (E3)

Ademais, apesar dessa dificuldade ser vista principalmente entre pessoas cis-heterossexuais e alinhadas ao campo religioso judaico-cristão, ele relatou que as pessoas que fogem da cisheteronorma também se mostram resistentes ao debate na sala de aula. Tal resistência por esse público dissidente, como trazem Santana e Lima Jr. (2023), pode ser compreendida através do desejo de viver aquilo que lhe foi negado, de ser “assumido” e ter o seu valor validado devido ao fato de ter conseguido encontrar sua “alma-gêmea”. Contudo, como os autores supracitados e outros teóricos da não-monogamia política trazem, como a própria Núñez (2023), não é porque algo nos foi proibido que esse algo seja bom, afinal a promessa monogâmica de segurança e felicidade não passam disso: uma promessa. Desse modo, atitudes como a do professor E3 são necessárias para uma nova geração de profissionais de psicologia se tornarem mais sensíveis tanto ao tema da monogamia como da não-monogamia.

---

<sup>4</sup> Para conhecer o trabalho deles, o seguinte link pode ser acessado: [www.rcnaomono.com](http://www.rcnaomono.com)

Diante de toda essa resistência percebida em alguns de seus alunos, destaca-se que E3 ainda se sente satisfeito em fazer com que esses futuros profissionais possam ter contato com uma visão mais crítica sobre a estrutura monogâmica dentro da universidade, apesar de entender que esse aprendizado não deve ser uma experiência que se encerra na troca que acontece em sala de aula.

Por fim, o psicólogo falou sobre como ele percebe a sala de aula como um espaço de estimulação, sendo responsabilidade da pessoa também procurar por outras fontes, outras referências fora dali para melhorar a sua prática, não esperando que o paciente assuma um papel pedagógico para com o profissional: “o paciente não tem a obrigação de ser professor de determinadas coisas pra gente, mas a gente vai lá conversar com os colegas, conversar na supervisão”. Tal visão corrobora alguns achados observados na literatura, onde é possível perceber como pacientes não-mono sentem receio de compartilhar essa especificidade de suas vidas com seus terapeutas por conta de um histórico negativo com outros profissionais de saúde mental, o que os forçaram a assumir uma posição de precisar educar os profissionais antes de abrir essa parte da vida para eles, prejudicando a construção da aliança terapêutica (Swindlehurst; Sweet; Hoelterhoff, 2023).

#### 4.2 A NORMA E O PENSAR EM TORNO DELA: A MONOGAMIA ESTÁ EM TODOS OS LUGARES

Nesse núcleo foram organizados os indicadores que tratam de como os profissionais significam a estrutura monogâmica. Pretende-se inicialmente destacar aqui como há uma disputa de sentidos no que tange ser de fato a monogamia, pois, de um lado, se tem os discursos dos psicólogos monogâmicos que descrevem a monogamia apenas como um modelo relacional cujo ponto mais importante é a promessa da exclusividade afetivo-sexual entre os parceiros de um casal, havendo uma grande idealização da parceria, com o amor romântico tendo seu papel em estimular narrativas específicas para essas vivências.

Um elemento importante para essas idealizações, que aparece implicitamente em uma das falas, para definir a qualidade ou importância de uma relação, é o tempo dedicado a ela, como se um vínculo durar mais tempo que um outro significasse que ele é qualitativamente superior a um que findou mais cedo. Nesse sentido, o que parece importar é a relação que “dá certo”, isto é, a que se tem um tempo que “permite conhecer mais a pessoa e escolher” (E2), o que se aproxima de uma visão binarista que categoriza as relações entre “casuais” e “sérias”,

como se relações de poucos encontros, em que investidas sexuais são frequentemente mais presentes, valessem menos do que as experiências “sérias”, posicionamento próprio da monogamia (Vasallo, 2022).

No lado oposto, nota-se uma postura mais crítica na forma de definir essa lógica, próxima da que esse trabalho se propõe a trazer, no psicólogo não-monogâmico, que prontamente caracteriza a monogamia como “um mecanismo de poder, uma coisa ligada a um aspecto de hierarquização de relações, em que existe ali um movimento prioritário, um movimento de dedicação quase que exclusiva para outrem” (E3). Ademais, quando perguntados sobre quais teriam sido as primeiras experiências em contato a estrutura monogâmica em sua vida, as respostas indicaram que não há um momento da vida em que eles passaram por uma experiência específica que os tenha apresentado à monogamia e ao amor romântico de maneira direta, pelo contrário:

Não, não consigo dizer, de fato, qual foi a primeira, assim... mas, pensando agora, eu acho que, na verdade, é muito contato desde pequena com isso (...). A coisa ali do casal, de duas pessoas que se apaixonam e que vão ficar juntas pra sempre... então, acho que não é uma experiência minha diretamente, mas acho que é um aprendizado meio indireto, de estar em contato com essas histórias, assim, desde muito nova. Então, é como se fosse um modelo a ser seguido desde sempre. (E2)

O excerto acima mostra como ocorre uma naturalização da lógica monogâmica dentro da sociedade, em que ela não se anuncia quando chega. Assim, os produtos culturais acabam por se tornar numa verdadeira pedagogia afetiva (Fernandes; Faustino, 2022) desde a tenra infância. Aliado a esse fato, cabe também uma reflexão em relação ao próprio processo de desenvolvimento do psiquismo humano, mais especificamente na idade pré-escolar. Nesse momento, é possível observar nas crianças o desenvolvimento das brincadeiras de papéis sociais, quando elas passam a atuar com abstrações, seguindo as regras dos jogos e aprendendo a ter domínio sobre a sua própria conduta, postergando a satisfação imediata, para que uma representação mais apurada do conteúdo das relações adultas seja feita, como aduz Lazaretti (2020).

Ademais, a autora complementa que esses vários processos de representação social que as crianças trazem é influenciado pelo contato que elas têm com o mundo adulto ao seu redor. Diante disso, bem como do relato da participante sobre as diferentes mediações dentro da infância alinhadas aos ditames do monogamismo, pode-se apreender como a lógica monogâmica vem a ser apropriada pelas crianças através da escolha das narrativas e papéis nas brincadeiras, onde elas reivindicam aqueles que mais as afetam em seus contextos imediatos,

podendo tais atividades lúdicas serem reconhecidas como fundamentais para o desenvolvimento das convicções morais futuras (Mesquita; Batista; Silva, 2019). Por fim, o momento em que a lógica monogâmica começa a ser pensada será explorado mais a frente, em outra subseção, quando alguns dos profissionais da amostra se deparam com clientes que desafiam essa norma.

Refletindo sobre as principais demandas que surgem na clínica acerca da vida amorosa dos seus pacientes, E1 trouxe:

Bom, dentro do consultório isso é uma coisa que aparece, né? (...) Pessoas que têm problema por serem traídas, entre aspas, né? Ou por estarem na posição de procurar outras relações, sendo que isso não é consciencioso. Aliás, o que surge mais dentro de um consultório é a questão relativa ao amor, né, as relações. Então, sempre tem, sempre! (E1)

Aqui, percebeu-se que a promessa de exclusividade da monogamia, bem como a sua quebra, aparece como um evento que pode gerar sofrimento não somente para aquela pessoa que é traída, mas para a pessoa que trai também. Ainda para E1, esse conflito ocorre porque essas pessoas fazem, mas não se sentem bem com o que fizeram, pela cobrança social da fidelidade, ao mesmo tempo que eles desejam viver algo diferente mesmo já estando numa relação com outra pessoa. Assim, a entrevistada crê que existem pessoas monogâmicas de verdade e pessoas monogâmicas falsas, como se a monogamia ainda pudesse funcionar como instituição, e que o problema estaria somente em algumas pessoas que procuram algo a mais além do que estava previsto no acordo, não no sistema que impõe esse acordo.

Numa fala semelhante acerca da culpa, E3 trouxe como isso aparece principalmente dentro de “um sistema de crença muito específico, oriundo ali da dinâmica judaico-cristãs (...) de que se eu fizer eu serei punido e aí é o perigoso... se não pode é mais gostoso, então eu vou e faço, faço e encubro, finjo que não aconteceu”, o que o aproxima de uma crítica à monogamia parecida com a de Núñez (2023), quando ela discorre como o colonialismo veio também com a monocultura não somente da fé (o Deus cristão que precisa ser o único), mas também dos afetos, sendo a culpa um elemento de controle dos corpos dentro da monogamia.

Quando discorriam acerca de como seria um relacionamento afetivo-sexual saudável, a comunicação e a confiança foram aspectos mais citados, porém chamou atenção quando o E4 trouxe que para uma boa relação é preciso que as pessoas precisem inibir um egoísmo natural que surge, fazendo concessões à outra pessoa, sem fazer ultimatos e chantagens. Isso é dito como se essas características fossem intrínsecas das pessoas, um modo de agir que surge

espontaneamente nesses indivíduos, não reconhecendo assim o caráter social das emoções e sentimentos, os quais têm papel fundamental no processo de significação dos fenômenos e pessoas (Mesquita; Batista; Silva, 2019). Em contraparte, ainda sobre a vivência dos ciúmes, é discutido por outros profissionais que, entre as pessoas monogâmicas, ele ocorre de maneira mais explícita, fato trazido em “o que eu vejo na maioria é tipo ‘eu tenho direito de intervir no corpo dessa pessoa e nas ações dela, e eu vou lá e faço’” por E2 e corroborado em “uma preocupação com o que esse outro está fazendo no momento que está livre. Uma preocupação com olhar o celular para poder saber se tem alguma mensagem de alguém” por E3.

E ainda que esse tipo de situação não ocorra com todas as pessoas monogâmicas, como com a E2, atitudes controladoras e ciúmes são fatos recorrentes em relacionamentos de pessoas monogâmicas, que podem se encontrar numa configuração de relação abusiva. Souza (2018), numa pesquisa sobre como os universitários da UFAM significam os relacionamentos abusivos, encontra como, dentro de um casal, a mera possibilidade de que uma pessoa possa se interessar por outra ou achar alguém de fora bonito já pode despertar as inseguranças do seu parceiro, que se torna agressor, crendo ter direito a determinar o que sua parceria faz, eliminando o contato desse rival em potencial de sua “posse”. Assim, em suas conclusões, o autor destaca como podem surgir diferentes tipos de violências para que um parceiro garanta a exclusividade afetivo-sexual, desejo que surge e é alimentado pela lógica monogâmica.

Além disso, foi visto como os acordos da monogamia são ambivalentes, ora explícitos, ora implícitos. Um exemplo para o primeiro caso foi visto através do relato de E2 acerca de sua relação com seu namorado, quando ela destaca que é preciso que as pessoas dentro de uma relação tenham um mesmo olhar para o futuro: “construção ou não de família, ter filhos ou não, até lugar onde vai morar, lugares onde se quer morar ou não, vida profissional, como que a gente quer viver realmente o dia a dia”. Na monogamia, espera-se que ambas as pessoas tenham um mesmo desejo para que a relação funcione, pois se alguém não deseja ter filhos, por exemplo, a relação pode desabar. Assim, as pessoas dentro desse modelo agem como se tivessem ido ao supermercado na hora de conhecer alguém, querendo desenvolver uma relação somente com as pessoas que preencherem todos os requisitos desejados em comum, já que essa lógica não permite essa satisfação das outras demandas em uma outra relação (Vasallo, 2022).

Entretanto, ainda há os casos que esses acordos ocorrem de maneira subentendida, por palavras não ditas, cujo o conteúdo da mensagem é esperado que seja captado pela parceria. Assim, mesmo que a comunicação tenha aparecido como um elemento importante para uma

relação saudável, isso nem sempre acontecerá, e assim as pessoas podem acabar trilhando um caminho que não realmente lhes pertencem:

E aí ela traz que “E3, eu nunca quis isso aqui. Eu nunca desejei ter essa família de margarina. Eu amo minha filha, gosto muito do meu marido, ele é uma pessoa maravilhosa pra mim, nunca me agrediu, me trata com respeito e tal”. Assim, (eles tinham) uma dinâmica ok de relacionamento, fora dos padrões comuns que a gente acaba percebendo, principalmente relacionamentos heteroaletivos. É, mas ela trouxe aquilo, assim, foi tão impactante de ela se dar conta que ela nunca quis aquilo. Que ela tava, nas palavras dela, “parece que o que eu vivi esses anos todos foi uma farsa, porque não era eu. Não era o que eu de fato desejei pra mim”. (E3)

A vida orientada para as conquistas tradicionais do campo afetivo-sexual, como a entrada num relacionamento “sério” e, posteriormente, um casamento, foi mais associada à vida das mulheres. Nesse sentido, E2 destacou como achava que isso já não existia mais, porém sua prática clínica lhe mostrou que nesse ponto a sociedade ainda não avançou tanto e que as mulheres ainda são incentivadas a idealizarem mais essa parte da vida, no que tange relacionamentos heterossexuais, se doando mais que os homens nas relações afetivo-sexuais. A despeito disso, foi identificado que essa fusão do casal ainda existe e pode acabar influenciando nas outras relações que as pessoas têm para fora dessa relação central, como as amizades.

A partir daí, surgiu um discurso de preocupação por parte dessa profissional em relação ao nível de dedicação despendido para que essas relações amorosas aconteçam, por parte dos clientes. Ela acredita ser perigoso focar somente em uma parte da vida e deixar as outras de lado, pontuando que se essa área muito bem tratada pode entrar em crise em algum momento e a pessoa se ver sem nada ao seu lado, pois ignorou essas outras vivências.

Aqui, E2 discutiu que um elemento que pode aumentar essa fusão do casal é a coabitação com a parceria em “no dia a dia, a gente vai fazendo planos: sábado, o que a gente vai fazer? Domingo, o que a gente vai fazer? Quando eu vejo a gente já tem planos para o fim de semana”, complementando em outro momento que sempre que surge algo novo fora dessa relação é preciso discutir essa situação com o parceiro, indicando uma negociação do próprio tempo que não havia antes. Partindo dos discursos sobre as experiências pessoais dessa profissional foi possível observar como, se a pessoa não tiver cuidado, ela pode acabar se deixando levar pela felicidade em ter conseguido atingir o sonho da vida em casal e deixar as outras relações de lado.

Entretanto, essa mesma reflexão não partiu de todos os profissionais que fizeram parte da pesquisa, sendo a exceção vista com E4, que respondeu:

Se a monogamia reflete em outros relacionamentos, não só no relacionamento afetivo-sexual? Bem, para ser bem sincero com você, eu não poderia responder essa pergunta com propriedade, por me faltar uma certa base de comparação. Por incrível que pareça, todas as pessoas que eu atendi eram ou solteiras ou monogâmicas. (E4)

A partir desse relato, depreendeu-se como E4 acredita ser necessário ter tido contato com pessoas não-monogâmicas para que houvesse, de fato, uma percepção dele em como a monogamia impacta na vida das pessoas monogâmicas, mesmo pontuando que acompanha pessoas com queixas variadas relacionadas a vida sexual delas. Diante disso, é admissível considerar como a crítica feita por Brandon (2011), mesmo num contexto territorial diferente, é atual, quando ela aponta a incapacidade (ou medo) dos profissionais de saúde reconhecerem os vieses da monogamia nas queixas de seus pacientes, porque reconhecer os problemas nesse “modelo” relacional poderia implicar em várias questões ético-existenciais.

Entretanto, o pensamento monogâmico é algo que está aí e pode ser visto também nas outras relações que não as afetivo-sexuais, como traz E1: “sim, até nas amizades eu acredito que isso exista, porque tem pessoas que têm dificuldade de dividir, vamos dizer assim, os amigos. Tem pessoas que são muito radicais, assim, no sentido de que querem só para si”. Partindo desse relato, percebe-se como há uma compreensão da lógica de competitividade e exclusividade até mesmo nas outras relações que as pessoas desenvolvem, como no caso do “melhor amigo”.

Finalizando, ainda nesse mesmo tópico, porém sob um outro olhar, Bastos (2023) trata de como uma amputação do imaginário das pessoas no que tange a possibilidade de criar projetos de vida com nossos amigos, pelo fato de toda a estrutura funcionar para privilegiar o núcleo do casal. Dentro da pesquisa, esse tipo de discurso foi percebido em E2, que entende ser muito difícil que a monogamia seja quebrada, por tudo que a sustenta, como o estado: “tem toda a legislação que circula ao redor da monogamia. Quer dizer, se você é casado, você tem direito a visitar a pessoa no hospital, por exemplo. Se você não é, você não tem”. Diante do exposto, foram várias as mediações percebidas para entender que a monogamia está em todos os lugares.

#### 4.3 OS CONTATOS COM A NÃO-MONOGAMIA

Nesse último núcleo, foram reunidos os indicadores em torno de como os profissionais de psicologia significam a experiência das pessoas não-monogâmicas, sendo visto que o contato com esse público trouxe impactos na vida pessoal desses profissionais. Assim, num primeiro

momento, destaca-se aqui como há uma maior compreensão de não-monogamia pautada em fatores numéricos, como se para alguém ser não-monogâmico a pessoa precisasse estar em várias relações afetivo-sexuais ao mesmo tempo.

Além disso, a não-monogamia também foi descrita como uma experiência natural, desde que parta de “um acordo mútuo entre quem está participando dessa não-monogamia, não faz problema nenhum, né?” (E1), o que a entrevistada fluminense destacou que não torna o amor menos válido do que o das pessoas monogâmicas. Sendo assim, é preciso refletir sobre uma expressão que apareceu nessa entrevista e em outras, qual seja: o ser consensual. A consensualidade é um termo recorrente no discurso hegemônico sobre a não-monogamia, cuja ideia já foi trazida no início desse parágrafo, como se as pessoas escolhessem ser não-monogâmicas da mesma maneira que outras **escolhem** ser monogâmicas, e não como se houvesse todo um aparato histórico-cultural agindo nessa construção subjetiva.

Somando isso à visão numérica de não-monogamia trazida acima, foi possível notar nessas falas sentidos que remontam a uma lógica liberal de não-monogamia, que se baseia:

na crença de que esta apenas diz respeito a quantidade de parceiros afetivos. A prática não-mono que nasce desse pensamento ignora completamente questões históricas, sociais e culturais, resumindo tudo a escolhas individuais desprovidas de crítica ou pensamento político. A ênfase das relações está nos acordos, que devem ser respeitados indiferente do quão absurdos possam ser. É uma lógica contratual, na qual vale-tudo desde que todas as partes envolvidas “assinem embaixo”. Prevaecem as mesmas dinâmicas abusivas que já conhecemos da monogamia (controle do corpo alheio, perda de autonomia, casal como entidade máxima, amor romântico, relações hierárquicas...), só que agora com a possibilidade de beijar outras bocas. (Vasconcelos, 2023, p.136)

Entretanto, entre os profissionais com vivências monogâmicas, uma visão positiva acerca da não-monogamia não foi unânime. E4 destoou de seus colegas e relatou com firmeza como ele considera esse tipo de vida uma “uma má ideia. Eu acho que a coisa pode ser mais conflituosa, pode ter mais elementos caóticos no meio, mais ciúmes”. Em vista disso, ainda que ele afirme não ter atendido alguém vivendo assim, percebe-se como ele já compartilha de uma visão negativa sobre a não-monogamia, tornando-se um defensor da norma, ao mesmo tempo que reproduz estereótipos nem sempre condizentes com a realidade, como a crença que a relação entre os metamores será sempre conflituosa, já criticada pela literatura (Ansara, 2020). Ademais, chamou atenção como ele repetitivamente se referia a não-monogamia como poligamia, mostrando desconhecimento sobre o que se tratava o movimento e suas subdivisões, sendo tanto a atitude dele de invalidar a não-monogamia, como essa confusão na compreensão

do tema condutas vistas como negativas num psicoterapeuta diante do tema não-monogamia (Schechinger; Sakaluk; Moors, 2018).

Por fim, uma compreensão mais próxima da não-monogamia política foi vista através de E3, quando ele definiu a não-monogamia como:

uma possibilidade de liberdade afetiva com responsabilidade afetiva, de fato. (...) Eu definiria como uma possibilidade de você poder se expressar de forma mais natural, né, sem medo de um julgamento, sem peso de consciência, sem riscos de estar fazendo algo ou estar sentindo algo e, portanto, não poder e “estou me culpando”. (E3)

Em vista do anterior relato em tela, argumenta-se que ele se aproximou de uma visão mais política da não-monogamia por ele dar ênfase em como essa vivência está mais relacionada à forma como a pessoa experimenta seus afetos do que com a quantidade de indivíduos envolvidos no processo, o que significa dizer que até mesmo uma pessoa que só se envolve assim com uma pessoa continua sendo não-monogâmica, apesar de que, se ela quisesse ter outras parcerias, não haveria nenhum demérito nisso (Lima Jr.; Miranda, 2023). Assim, depreende-se que, assim como a literatura avisa, uma definição exata sobre não-monogamia é difícil de ser atingida, sendo possível ver dentro dessa amostra significações que partem de uma ideologia liberal e outra de uma mais crítica ao sistema monogâmico como um todo.

Em seguida, foi visto que a não-monogamia tem sido uma pauta que tem surgido mais vezes no contexto clínico para alguns profissionais nesses últimos anos, sendo inclusive através da prática profissional que a maioria deles tiveram contato com a não-monogamia. Por conseguinte, esse tipo de descoberta por parte das pessoas é algo esperado por esses profissionais, que veem nas pessoas um desejo maior por vivenciarem uma maior liberdade na vida, ainda que essa liberdade desejada por alguns venham sem muita preocupação com os impactos de suas ações. Pelo menos é desse jeito que E3 analisa a maneira que as dinâmicas envolvendo a não-monogamia tem sido apreendida por algumas pessoas “pelos motivos equivocados, não por um desejo afetivo, mas porque está no hype, está na moda, todo mundo é não-monogâmico, eu também vou ser, mas estão se machucando com isso”.

Desse modo, ele se mostrou crítico quanto à visão mercadológica que é tão associada à não-monogamia mais hegemônica, embebida da ideologia liberal, e também por isso a mais facilmente palatável a ser massivamente debatida. Por conta disso, retomamos aos constructos de Vasallo (2022), que ao falar de desejo e liberdade traz importantes contribuições para entender as significações que E3 tem acerca da não-monogamia hegemônica:

Ter a possibilidade de múltiplos relacionamentos não nos obriga a vivê-los, nem a viver todos, nem a viver de qualquer maneira ou a qualquer momento. Isso nos dá a chance de decidir se queremos e podemos, se é sustentável, se faz sentido neste momento, se podemos realmente fazer algo bonito disso ou estamos apenas abrindo a temporada de saldões e avalanches. Também nos dá a chance de ver o que é sustentável e o que pode ser bonito, quanto sofrimento causaremos e quantos cadáveres emocionais serão deixados em nosso caminho (2022, p. 172)

Partindo dessa crítica realizada por E3, levando em consideração também o que foi debatido até agora, ainda que haja todo esse interesse recente pela não-monogamia, há de se perguntar: a não-monogamia é para todo mundo? Apesar de essa não ter sido uma pergunta feita para os entrevistados, ao menos não diretamente, algumas falas poderiam levar a um não como resposta. Isso porque entrar na não-monogamia pode mexer com diversas inseguranças alimentadas pelo sistema monogâmico, que coloca as pessoas como posses, como vimos em E4 que trouxe que o atravessamento de outras pessoas dentro da sua relação central tornaria tudo “ainda mais difícil e eu, eu, eu sinto que, na verdade, eu tenho um sentimento de que eu não quero dividir algumas coisas e a minha parceira sexual é uma dessas coisas que eu não quero dividir”.

E1, por outro lado, disse que algumas pessoas podem até conseguir viver assim, mas ela não pois “não é uma coisa minha, mas eu acho que talvez, devido à minha idade, devido a tudo que eu vivi”, trazendo vários sentidos a serem discutidos. Para tal, retomamos o trabalho de Leontiev (2021) que debate como toda atividade humana é motivada por alguma necessidade, seja ela natural ou artificial/inventada pela cultura, sendo possível observar que, dentro do campo afetivo-sexual, as atividades se comportam da mesma forma.

Na história de vida dessa psicóloga, é observado que ela teve um único parceiro afetivo-sexual significativo, no qual ao redor ela afirma ter construído várias idealizações que não se concretizaram completamente, sendo esse um dos motivos pelo qual eles se separaram. Ela se considerava muito idealista e romântica, o que pode ser entendido através do modo como ela se constituiu enquanto pessoa, crescendo num lar organizado pela lógica monogâmica, consumindo livros e filmes que reproduziam esse mesmo *modus operandi*. Destarte, se nota como as mediações que ela teve durante a vida tornaram a rota monogâmica mais possível para ela e porque ela não sente essa necessidade hoje por uma vivência apartada desse modelo que ela sempre conheceu, já que essa vivência contra-hegemônica nunca lhe foi apresentada como uma possibilidade em sua história.

Ademais, o fato dela ser uma mulher próximo dos sessenta anos de idade é um outro dado expressivo que pode ser analisado, sobretudo por conta da fala dela em considerar que a

não-monogamia não seria algo para ela devido a sua idade, dizendo em outro momento que para os filhos dela isso não seria um problema. Logo, levando em conta como ela tem uma visão predominantemente liberal de não-monogamia, pode-se enxergar que um dos sentidos atribuídos por ela a não-monogamia como algo que serve mais a pessoas jovens que querem ter mais parcerias sexuais, não uma compreensão de um movimento que pode ser político e ir contra várias instituições de opressão. Porém as pessoas mais velhas podem tentar desafiar o monogamismo, como é observado no trabalho de Labriola (2022), onde, a partir de sua experiência clínica com pessoas idosas poliamorosas, a autora vai discutir sobre os principais desafios encontrados por esse público no cotidiano. Logo, sim, a não-monogamia pode ser para toda e qualquer pessoa que, conforme afirma Vasconcelos (2023), entende e aceita que as relações estão em constante mudança, se transformando junto com esses vínculos.

Prosseguindo, a despeito das negativas trazidas anteriormente, é possível afirmar que o contato com esses pacientes não-monogâmicos pode fazer com que alguns profissionais passem a questionar também certos aspectos do monogamismo dentro da vida deles, como E2, que pontuou como passou a dialogar mais abertamente com seu parceiro sobre temas que ela já considerava como acertados dentro da relação, questionando naturalizações trazidas pela estrutura monogâmica, vivenciando a relação com seu parceiro de modo diferente por conta das experiências que ela teve.

Paralelamente, foi visto na história de vida de E3 que esse contato prévio com arranjos não-monogâmicos dentro da clínica facilitou que ele aceitasse a ideia de um ex-parceiro em “abrir” a relação. Essa história começa quando ele já estava insatisfeito com algumas configurações dessa relação antiga, onde ele se sentia preso, percebendo uma situação de dependência emocional. Certo dia, ele se deparou com a não-monogamia pela primeira vez, dentro de sua clínica, o que o motivou a buscar sobre o tema a fim de atender melhor essa pessoa, descobrindo nesse processo que também via que a não-monogamia fazia sentido dentro de sua vida, ainda que não tivesse colocado isso em prática.

No momento que a relação dele com esse ex-parceiro começa a ruir ainda mais, esse outro rapaz sugere essa abertura da relação, no que o psicólogo relatou que nunca havia passado por aquilo e “aí quando a gente abriu a relação, primeiramente eu hesitei, que... ‘não sei, eu preciso pensar’... Pensei um pouco mais, e já estava visitado ali pelas questões que já começavam a aparecer na clínica”. Assim, mesmo tendo receio das dificuldades que poderia ter, a partir dessa experiência clínica ele passou a achar que era possível viver assim também, logo E3 começou a ter essa vivência dentro de uma perspectiva liberal de não-monogamia.

Caminhando para o fim dessa subseção, aqui serão analisadas as significações em torno de como os profissionais percebem os desafios que as pessoas não-monogâmicas enfrentam em sua trajetória. Logo, de antemão, foi visto como mesmo adentrando em uma forma de viver que questione a monogamia, as pessoas não-mono podem ter sentimentos que elas julgam inadequados em relação ao desejo de desafiar o monogamismo. É como se sentir essas coisas significasse que a pessoa não é não-monogâmica de verdade, havendo uma autocobrança por não conseguir atingir o ideal de não-monogamia compartilhado dentro da comunidade não-mono (Fernandes, 2022). Em sua experiência na prática clínica, E2 apresenta que:

Dois casos que eu ainda acompanho, e incrivelmente trazem esse mesmo tema: são pessoas que estão dispostas a estarem em relacionamentos não-monogâmicos, né? Depois de terem uma vivência de relacionamentos monogâmicos, entram em conflito com o que sente e o que “não pode” ser feito, por exemplo: “eu senti ciúmes, eu não queria que ele estivesse com aquela outra pessoa. Só que eu não posso fazer isso, porque não é essa direção que eu quero seguir. Eu pretendo seguir em outra direção”. É... E aí, como consequência, na verdade, o que eu vejo é que é difícil. É muito difícil! (E2)

Nesse âmbito, Hardy e Easton (2020) fazem um estudo sobre os ciúmes, indicando como ele não se expressa de maneira única para todos, podendo surgir para indicar diferentes inseguranças que as pessoas podem sentir, como medo do abandono, sentir-se excluído ou menos atraente que uma outra pessoa, sendo a competitividade e o desejo de ser a pessoa mais importante elementos que podem favorecer o aparecimento deles. O medo de ser trocado é um ponto trazido na fala de E3, que afirma que as pessoas não-mono já chegam “com outras configurações de preocupações assim, não tem tanto uma necessidade dessa fiscalização”, sendo o medo de que o parceiro ache alguém “mais interessante” algo que pode aparecer. Outra experiência citada pelas autoras, vista na experiência dos profissionais entrevistados, foi o surgimento de um instinto competitivo dentro da relação, quando uma pessoa busca se envolver com mais pessoas que o seu parceiro, a partir do momento que é tomada a decisão dessas pessoas não mais serem monogâmicas. Todavia, tal forma de lidar com os ciúmes ia sendo deixada de lado conforme as pessoas vão se tornando mais experientes nessa configuração de vida.

Ademais, Hardy e Easton (2020) advertem também como não há formula de impedir que a pessoa sinta ciúmes para todo sempre, existindo apenas maneiras de lidar com ele quando ele aparece, sendo preciso que a pessoa aprenda assumir responsabilidades pelo que sente, não delegando para suas parcerias um trabalho emocional que ela precisa fazer também. É importante ressaltar que isso não significa dizer que essas pessoas não irão compartilhar suas

inseguranças com as pessoas com quem elas se relacionam, pelo contrário, as pesquisadoras estadunidenses falam sobre como esse é um recurso que pessoas promiscuas (maneira que elas se referem às pessoas não-mono) podem e devem recorrer. Dentro da presente pesquisa, essa maior capacidade para o diálogo foi percebida também pelos profissionais que tiveram maior contato com pessoas não-mono, pontuando que mesmo que essas pessoas tenham ciúmes, elas tendem a ser menos reativas e impositivas que as pessoas monogâmicas.

Por fim, foi discutido como, através do contato com diferentes pacientes não-mono, é visível como essas vivências são atravessadas pelos marcadores de raça e etnia. Nesse sentido, E3 elaborou como, em sua experiência, ele atende muitas pessoas negras, sendo perceptível para ele como esse tipo de transgressão costuma ser mais difícil para esse público, seja por conta de como a pessoa irá realizar essas experimentações, seja por conta de como esse tipo de diferença será visto pela sociedade:

A tranquilidade desse corpo existir socialmente libera para que ela faça qualquer coisa, de uma maneira muito tranquila. Nada é muito “nossa, que grande absurdo”. Mas quando se trata de pessoas pretas, o corpo dessa pessoa existir já é um grande absurdo social. Então, qualquer coisa que se faça, que fuja da norma, é um apontamento maior para essa pessoa. Então, com toda certeza eu vejo essa discrepância, assim, até da própria pessoa falar sobre. (E3)

A vivência de pessoas não-monogâmicas negras já tem sido investigada no Brasil por pesquisadores como Fernandes (2022). Em sua dissertação de mestrado o psicólogo vai trabalhar como as pessoas negras pensam o amor através da não-monogamia, a partir dos debates que ocorrem em um grupo do Facebook chamado “Afrodengos – Amores Livres”, o qual se origina de um outro grupo chamado “Afrondengo”, sendo o motivo dessa cisão o fato de que sempre que havia debates no Afrodengo sobre algum tipo de não-monogamia, as discussões rapidamente tornavam-se desrespeitosas. Assim, ele articula como falar de não-monogamia pode ser um tabu entre as pessoas negras, o que pode dificultar a identificação desse público com a pauta, pois a não-monogamia é significada como “coisa de branco”. Logo, o grupo vem como esse espaço para que as pessoas negras pudessem falar sobre suas especificidades dentro da não-monogamia, sendo vistos relatos de pessoas que não se sentiam bem em espaços de sociabilidade não-mono com pessoas brancas, onde falar sobre os atravessamentos do racismo não era uma pauta levada à sério, o que, por conta do exposto, torna E3 próximo das críticas abordadas no trabalho de Fernandes.

Concluindo, ainda nesse tema, o psicólogo entrevistado destacou como as pessoas negras costumam trazer mais culpa nas suas experiências, em comparação às pessoas brancas

que ele atende. Ele atribuiu uma explicação para esse fenômeno ao fato desses indivíduos terem vindo de contextos de vulnerabilidade, onde suas famílias estavam e estão associadas a igrejas cristãs. Sendo assim, ele apontou uma dificuldade em fugir completamente da “culpa cristã” que os afeta tanto diretamente, como indiretamente, considerando que muitos familiares não entendem esse desejo pela não-monogamia e querem se afastar dessas pessoas, o que pode ser comparado ao que as pessoas dissidentes cisheteronorma experimentam na LGBTIA+fobia internalizada, considerando o impacto da religiosidade nas mediações sociais e no processo de internalização simbólica, sobretudo em contexto brasileiro (Cortes *et al.*, 2021; Oliveira Neto *et al.*, 2022).

Concluindo, a próxima seção trará as considerações finais dessa pesquisa, a fim de retomar o problema pesquisado aqui, tratando dos principais achados e desafios pelos quais esse trabalho passou.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo investigar o impacto das significações atribuídas por profissionais de psicologia à estrutura monogâmica em sua atuação como psicoterapeutas brasileiros. No capítulo anterior, onde foi feito concomitantemente a exposição e discussão dos resultados, os objetivos foram respondidos através das subseções que dividem o capítulo.

Em relação a como os profissionais de psicologia tiveram contato com a estrutura monogâmica em sua construção de carreira, foi percebido como mesmo dentro dos espaços de pretensa reflexão acerca de problemáticas sociais, esse tipo de tema não aparece de maneira explícita, o que pode ajudar a naturalizar a lógica monogâmica ainda mais. Por conta disso, as/os entrevistados tiveram contato com o tema pela primeira vez na clínica, descobrindo junto com pacientes não-monogâmicos a melhor maneira de lidar com essa especificidade, o que nem sempre é o melhor caminho, como debatido no capítulo anterior. Assim, o próprio interesse da/o profissional em se informar sobre o tema desponta como um elemento importante, a fim de que o cliente não se torne o professor da/o psicoterapeuta.

Acerca de como a estrutura monogâmica é significada, foi tratado como as pessoas entram em contato com essa lógica desde o início da vida, de um modo essencialista e apolítico, como se a realidade apresentada simplesmente fosse assim. Tudo isso pareceu contribuir para uma significação dessa estrutura a partir de uma visão mais liberal, pautada numa interpretação da monogamia somente como um modo se relacionar escolhido pelas pessoas, o que não aconteceu somente quando o profissional era não-monogâmico. Contudo, é válido destacar como essa interpretação disputava espaço também com uma identificação de como o sistema monogâmico opera na construção social dos afetos. Ainda assim, vale ressaltar como, por vezes, as falhas nas relações dentre esse sistema não foram atribuídas ao modo de construção das relações mediada por essa estrutura, mas sim a uma característica individual das pessoas envolvidas, revelando uma crença de que a monogamia poderia funcionar após alguns ajustes.

Ao analisar a percepção dessas/es profissionais sobre pessoas não-monogâmicas em seu fazer profissional, identificou-se que o pensamento monogâmico se faz presente na prática. Essa visão hegemônica liga a não-monogamia a uma lógica mercadológica dos afetos, focando apenas em múltiplas parcerias sexuais. Através dos estereótipos e preconceitos investigados, foi possível apreender que a psicologia precisa avançar para um cuidado mais acolhedor. No entanto, algumas/uns profissionais demonstraram atitudes acolhedoras, reconhecendo as especificidades das pessoas não-monogâmicas na terapia.

Os desafios encontrados nessa pesquisa se deram principalmente na busca de profissionais através do método da bola de neve, mas não se restringiram a isso. Foram poucas pessoas interessadas na pesquisa, sendo obtidas várias recusas nesse processo, seja em convites diretos, seja em relação ao pedido para divulgar a pesquisa. As justificativas vinham com falas sobre esse tema poder envergonhar e constranger algumas pessoas, e pela crença de que só seriam aceitas pessoas especialistas no campo da sexualidade. Isso pode revelar como as/os profissionais da psicologia podem ser leigos em relação aos impactos da monogamia, inclusive para além do campo afetivo-sexual. Outrossim, num campo especulativo, talvez, algumas dessas recusas sejam uma esquiva para não falar abertamente sobre um tema com o qual não se concorde, como a não-monogamia, revelando alguns preconceitos frente a uma pessoa declaradamente interessada em investigar como essa classe profissional pensa a norma.

A escolha de um olhar analítico permeado pelas contribuições da psicologia histórico-cultural junto aos constructos da não-monogamia política se mostrou uma escolha acertada no decorrer da pesquisa, mesmo com as dificuldades encontradas ainda pelo fato do campo da sexualidade não ser muito abordado nas pesquisas pelo viés da PHC. Ainda assim, espera-se que esse trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de uma ciência atravessada pelo materialismo histórico-dialético. Ademais, pode-se dizer que o presente trabalho contribuiu para esclarecer as relações do pensamento monogamista com a clínica de profissionais de psicologia do Brasil, uma lacuna que havia sido notada antes.

Como sugestões para ações futuras, essa pesquisa traz a necessidade dos cursos de graduação e educação continuada ponderarem acerca da monogamia enquanto uma instituição que organiza a sociedade de maneira hierárquica, em suas práticas educativas, a fim de que haja cada vez menos um movimento de patologização contra pessoas não-monogâmicas. Outra instituição que poderia ser acionada é o próprio Conselho Federal de Psicologia, que poderia produzir materiais a respeito da conduta das/os profissionais de psicologia em relação a esse tema.

Por fim, sugere-se também novas pesquisas, principalmente com públicos mais diversos, como psicoterapeutas não-binários, pessoas de circuitos mais conservadores e, inclusive, profissionais do âmbito da Psicologia Histórico-Cultural (que não foram representados na pesquisa), podem ajudar a elucidar melhor como as pessoas que trabalham com psicoterapia significam e se portam diante da estrutura monogâmica, além de como oferecem suporte para as pessoas não-monogâmica.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2023
- AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. BOCK, A. M. B; FURTADO, M. G. M. G. O. (Orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 129-140.
- AGUIAR, W. M. J. DE; ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R. Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147305>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ymVxKVh33rjkXHMxd45HjBG/?lang=pt>. Acesso em: 13 abril 2024.
- ANSARA, Y. Gavriel. Challenging everyday monogamism: Making the paradigm shift from couple-centric bias to polycule-centred practice in counselling and psychotherapy. **Psychotherapy and Counselling Journal of Australia**, Melbourne, v. 8, n. 2, p. 1-31, 2020. Disponível em: <https://pacja.org.au/article/71237-challenging-everyday-monogamism-making-the-paradigm-shift-from-couple-centric-bias-to-polycule-centred-practic>. Acesso em: 10 set. 2023.
- AZEVEDO, S. F. L. A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual. **História**, São Paulo, v. 38, 2019.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental (REMEA)**, v. 27, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193>. Acesso em: 30 set. 2023.
- BASTOS, M. S. L. O que a não monogamia tem a ver com as amigadas?. In: MIRANDA; R. C.; LIMA JR., N. S (Orgs.). **Nas trincheiras por novos mundos: caminhos para a não monogamia política**. 1 ed. São Paulo: Grandir Produções, 2024. p. 76-81.
- BRANDON, M. The challenge of monogamy: bringing it out of the closet and into the treatment room. **Sexual and Relationship Therapy**, [s. l], v. 26, n. 3, p. 271-277, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14681994.2011.574114>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14681994.2011.574114>. Acesso em: 15 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). **Resolução nº 466/2012 de 12 dez. 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS de nº 196/96, nº 303/2000 e nº 404/2008. Brasília, DF, 12 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510/2016 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CARVALHO, P. H. C. **A produção sobre relações poliafetivas na psicologia brasileira: uma revisão sistemática sobre não monogamia de 2004 a 2021**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em psicologia) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26233>. Acesso em: 28 set. 2023.

CARVALHO, S. R.; MARTINS, L. M. Idade adulta, trabalho e desenvolvimento psíquico: a maturidade em tempos de reestruturação produtiva. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020. p. 267-292.

CAUMO, G. R. **Exclusividade em relacionamentos e bem-estar subjetivo: o papel moderador do tipo de relacionamento**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2021.

CLARINDO, J. M. **Clínica histórico-cultural: caracterizando um método de atuação em psicoterapia**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP Nº 01/1999 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP Nº 16/2000 de 20 de dezembro de 2000**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP Nº 18/2002 de 19 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP Nº 01/2018 de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho volume I - formação e inserção no mundo do trabalho**. Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas(os). Brasília: CFP, 2023.

CORTES, H. M. *et al.* Sexualidade e Religiosidade: uma revisão integrativa de literatura. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 2, p. 1-11, 01 fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12540>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12540>. Acesso em: 30 maio 2024.

DOCES BÁRBAROS. O seu amor. In: DOCES BÁRBAROS. **Doces Bárbaros**. São Paulo: Phillips, 1976. 1 CD. Faixa 11.

EDITORA, P (Ed.). **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 1 ed. Porto: Intangible Press, 2013.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo: Lafonte, 2020.

FARIAS, V. Sob vaias, defensora da 'cura gay' lança chapa para Conselho Federal de Psicologia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sob-vaia-defensora-da-cura-gay-lanca-chapa-para-conselho-federal-de-psicologia-23718825>. Acesso em: 23 abril 2024.

FAVERO, S. R.; MACHADO, P. S. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. **Revista Docência e Ciber cultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 102-126, jan./abr. 2019.

FAVERO, S. R. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, Salvador, v. 5, n. 13, p. 403-418, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, R.; FAUSTINO, D. “Sofrência no topo”: O sertanejo universitário e as narrativas sobre o amor. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 29, n. 57, p. 19–34, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/29899>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FERNANDES, R. “O Amor é?” **Negritude e relações não-monogâmicas**: as dimensões micropolíticas do afeto. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

FLICK, U. Entrevista episódica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 64-89.

FLICK, U. As narrativas como dados. In: FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 109-123.

FREIRE, L.; CARDINALI, D. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, p. 37-63, 2012.

GALLAS, A. K. C.; BRITO, A. K. M.; SILVA, F. M. V. A despatologização das identidades TRANS e a psicologia brasileira frente a luta pelos direitos LGBTQI+. **Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 51-58, 30 dez. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GRUNT-MEJER, K.; ŁYŚ, A. They must be sick: consensual nonmonogamy through the eyes of psychotherapists. **Sexual and Relationship Therapy**, [s. l.], v. 37, n.1, p. 1–24, 29 set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14681994.2019.1670787>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14681994.2019.1670787>. Acesso em: 30 maio 2024.

HARDY, J. W.; EASTON, D. **Ética do amor livre: guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas**. 1 ed. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

IPSOS. **One year of covid-19: Ipsos survey for The World Economic Forum**. Paris: Ipsos; 2021. Disponível em: [https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2021-04/wef\\_-\\_expectations\\_about\\_when\\_life\\_will\\_return\\_to\\_pre-covid\\_normal\\_-final.pdf](https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2021-04/wef_-_expectations_about_when_life_will_return_to_pre-covid_normal_-final.pdf). Acesso em: 25 maio 2024.

KOLLONTAI, A. **A revolução sexual e o socialismo: obras escolhidas de Alexandra Kollontai – Vol. II**. 1 ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

KRUEGER, T.; SAHÃO, F. T.; KIENEN, N. Comportamentos requeridos do psicólogo para promover saúde mental durante a pandemia de COVID-19. **Quaderns de psicologia/Cuadernos de psicología**, v. 25, n. 3, p. 1-21, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v25-n3-krueger-torres-kienen>. Acesso em: 25 maio 2024.

LABRIOLA, K. **Polyamorous elders: aging in open relationships**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2022.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-157.

LEONTIEV, A. N. **Atividade, consciência e personalidade**. 1 ed. Bauru: Mireveja, 2021.

LIMA, A. I. B. A clínica de Vigotski para o sujeito contemporâneo: de que psicologia estamos falando? In: LIMA, A. I. B.; OLIVEIRA NETO, J. S.; CLARINDO, J. M. (Orgs.). **Práxis na clínica histórico-cultural: por uma clínica da transformação e do desenvolvimento**. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2023. p. 15-28.

LIMA JR, N. S. **Como pensar uma Não-monogamia Política**. NM em Foco. 2021. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/zine-como-pensar-uma-nao-monogamia-politica/>. Acesso em: 04 maio 2024.

LIMA JR, N. S. **Os porquês da Não monogamia Política**. NM em Foco. 2023. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/os-porques-da-nao-monogamia-politica/>. Acesso em: 04 maio 2024.

LIMA JR., N. S.; MIRANDA, R. C. Monogamia, quantidade e disputa de conceitos. In: MIRANDA; R. C.; LIMA JR., N. S (Orgs.). **Nas trincheiras por novos mundos: caminhos para a não monogamia política**. 1 ed. São Paulo: Grandir Produções, 2024. p. 81-88.

LAZARETTI, L. M. Idade pré-escolar (3-6 anos) e a educação infantil: a brincadeira de papéis sociais e o ensino sistematizado. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Orgs.) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento a velhice**. Campinas: Autores associados, 2020. p. 129-148.

MAROTTI, J. *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 20, n. 2, p.186-194, maio/ago. 2008.

MARTINS, L. M. Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020. p. 13-34.

MESQUITA, A. M. DE; BATISTA, J. B.; SILVA, M. M. DA. O desenvolvimento de emoções e sentimentos e a formação de valores. **Revista Obutchénie**, Uberlândia, v. 3, n. 3, p. 1–25, 22 nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/OBv3n3.a2019-51695>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/51695>. Acesso em: 30 maio 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUYLAERT, C. J. et al. Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. SPE2, p. 184–189, 1 dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

NÚÑEZ, G. D.; OLIVEIRA, J. M.; LAGO, M. C. S. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, 2021.

NÚÑEZ, G. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. 1 ed. São Paulo: Editora Paidós, 2023.

OLIVEIRA, I. T. et al. Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v.8, n.1, p.3-15, jun. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-20612017000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612017000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 maio 2023. <http://dx.doi.org/10.21826/2179-5800201781315>

OLIVEIRA NETO, J. S. *et al.* A homofobia internalizada como um processo psicossocial: contribuições a partir da psicologia histórico-cultural. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 33, p. 1-13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v33.1040>. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/1040](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1040). Acesso em: 28 maio. 2024.

OLIVEIRA NETO, J. S. A mediação terapêutica para além da pessoa: terapia de grupo e com casais na clínica histórico-cultural. In: LIMA, A. I. B.; OLIVEIRA NETO, J. S.; CLARINDO, J. M. (Orgs.). **Práxis na clínica histórico-cultural**: por uma clínica da transformação e do desenvolvimento. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2023. p. 237-254.

PARANHOS, T. O. **Sobre um outro tipo de escolha amorosa**: Perspectivas psicanalíticas acerca da não monogamia. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

PEREZ, T. S.; PALMA, Y. A. Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, 2018.

PRESTES, Z; TUNES, E. (Orgs.). **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

REIS, J. B. G. Amor plural: refletindo sobre a conjugalidade no poliamor. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 75-81, 2017.

REY, F. G. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

RIBEIRO, J.; SOUZA, F. N.; LOBÃO, C. Editorial: Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 3-7, 2018. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/213>. Acesso em: 9 jul. 2024.

RODRIGUEZ, A. M.; DEMORI, C. C.; WOLFF, C. Da monogamia ao feminicídio: algumas reflexões. **Cadernos de gênero e diversidade**, Salvador, v. 7, n.3, p. 137-147, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i3.47043. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/47043>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SAHAGOFF, A. P. Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. In: Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, 11., 2015, Porto Alegre. **Sustentabilidade, ciência e ética**: responsabilidade ambiental, social, econômica e cultural, Porto Alegre, UniRitter, 2015.

SANTANA, A. D. S.; LIMA JR, N. S. Aquilo que nos foi negado. In: MIRANDA; R. C.; LIMA JR., N. S (Orgs.). **Nas trincheiras por novos mundos**: caminhos para a não monogamia política. 1 ed. São Paulo: Grandir Produções, 2024. p. 111-120.

SCHECHINGER, H. A.; SAKALUK, J. K.; MOORS, A. C. Harmful and helpful therapy practices with consensually non-monogamous clients: Toward an inclusive

framework. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 86, n. 11, p. 879–891, nov. 2018.

SOUZA, C. R. A.; COELHO, D. M. O neutro em psicanálise: da técnica à ética. **Fractal - Revista de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 95–110, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/VWFwbHQS3J8TG5YXJWX4YCv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio. 2024.

SOUZA, D. C. **Relacionamentos abusivos**: significados atribuídos por um grupo de jovens acadêmicos da UFAM. Dissertação (Metra em Psicologia: processos psicossociais). Universidade Federal do Amazonas. 2018.

SWINDLEHURST, S.; SWEET, J.; HOELTERHOFF, M. Room for Growth: A Qualitative Study into the Therapeutic Experiences of Consensually Non-Monogamous Clients in the United Kingdom. **Journal Of Couple & Relationship Therapy**, [s. l.] p. 1–24, dez. 2023. DOI: 10.1080/15332691.2023.2294856. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15332691.2023.2294856>. Acesso em 31 maio 2024.

TULESKI, S. C. **Vygotski**: a construção de uma psicologia marxista. 2 ed. Maringá: Eduem, 2008.

VASALLO, B. **O desafio poliamoroso**: por uma nova política dos afetos. Editora Elefante, 2022.

VASCONCELOS, A. L. S. Não monogamia é para todo mundo? Entre o hype e a desinformação. In: MIRANDA; R. C.; LIMA JR., N. S (Orgs.). **Nas trincheiras por novos mundos**: caminhos para a não monogamia política. 1 ed. São Paulo: Grandir Produções, 2024. p. 129-142.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I**  
**COLEGIADO DE PSICOLOGIA**

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

*Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.*

#### I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Gênero: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

#### II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

##### 1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:

**2. PESQUISADORA ORIENTADORA:** Sueli Barros da Ressurreição. **CARGO/FUNÇÃO:** Psicóloga. Professora da Universidade do Estado da Bahia.

**3. PESQUISADOR ORIENTANDO:** Thiago Dias Carvalho. **CARGO/FUNÇÃO:** Discente de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia.

#### III - REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PACIENTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL SOBRE A PESQUISA, CONSIGNANDO:

Você recebeu um convite para participar da pesquisa intitulada “Monogamia, amor romântico e o fazer psicoterapêutico: significações atribuídas por profissionais de psicologia à estrutura monogâmica”, de responsabilidade da pesquisadora Profa. Dr<sup>a</sup> Sueli Barros da Ressurreição, professora do Curso de Psicologia e orientadora de Thiago Dias Carvalho, discente do curso de Psicologia. O presente estudo tem por objetivo investigar o impacto das significações atribuídas pelos profissionais da psicologia à estrutura monogâmica na sua atuação como psicoterapeutas. Para tal, irá se descrever como profissionais de psicologia tiveram contato com o tema estrutura monogâmica em sua construção de carreira; analisar as significações atribuídas por profissionais de psicologia quanto a estrutura monogâmica; verificar como tais profissionais percebem as pessoas não monogâmicas em sua atuação como psicoterapeutas. Os possíveis benefícios desse trabalho são a contribuição para um entendimento melhor acerca da influência que a monogamia pode ter no fazer dos profissionais da psicologia dentro da clínica, sobretudo com pessoas dissidentes dessa estrutura, que organiza a afetividade-sexualidade dos sujeitos, bem como aquelas pessoas que podem entrar nessa mesma trajetória algum dia. A participação é voluntária e não apresenta gratificações financeiras aos participantes. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo de sua identidade. Ao concordar, você receberá uma cópia deste termo onde consta o número

do telefone do pesquisador principal e do orientador, que poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### **IV. AVALIAÇÃO DO RISCO DA PESQUISA:**

(x) Risco Mínimo

( ) Risco Maior que mínimo

Descrição: O risco em participar desse estudo consiste no desconforto que as questões do roteiro de entrevista podem causar no participante quando for convocado para refletir sobre questões envolvendo sua sexualidade, afetividade e aspectos de sua prática profissional, para além de outras reações originadas por posicionamentos morais e concepções religiosas. Apesar disso, os responsáveis pela pesquisa estarão capacitados para contornar um possível desconforto no momento da narrativa dos episódios, ao minimizar os riscos e constrangimento através da escuta acolhida com cuidado, respeito ao sigilo dos dados confidenciais e sem interpretações e julgamentos frente aos assuntos mais delicados.

#### **V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.**

**Graduando:** Thiago Dias Carvalho. E-mail: [carvalhothiagodias@gmail.com](mailto:carvalhothiagodias@gmail.com).

**Pesquisadora responsável:** Sueli Barros da Ressurreição. E-mail: [sressurreicao@uneb.br](mailto:sressurreicao@uneb.br).

**Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/UNEB, UNEB** - Pavilhão Administrativo – Térreo - Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000 Tel: (71) 31172445. E-mail: [cepuenb@uneb.br](mailto:cepuenb@uneb.br)

**COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP** SEP 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5878. E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

#### **VI- CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa. Consinto, também, que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, desde que a minha identificação não seja realizada.

Permite gravação? ( ) Sim ( ) Não

\_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do graduando

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora responsável

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

## APÊNDICE B

### GUIA DE ENTREVISTA

A) Perfil sociodemográfico:

Nome:

Idade:

Raça:

Gênero:

Status relacional atual:

Naturalidade (cidade/estado):

Tempo de formada/e/o em psicologia:

Tempo de atuação na área de psicoterapia:

#### Guia de entrevista:

##### Parte I

1. O que é a monogamia para você? Com o que você associa isso?
2. Quando você olha para o passado, qual foi a sua primeira experiência com esse tema?
3. Um fato ligado a monogamia é o amor romântico. Fale-me o que isso é para você e qual foi a primeira vez que você pensou neste tema.
4. Me conte de alguma situação, em sua formação como psicoterapeuta, que os temas monogamia e amor romântico foram trabalhados.

##### PARTE II

1. Na sua opinião, quais são aspectos necessários para uma boa relação amorosa?
2. Durante seu trabalho, quais são as principais questões que seus pacientes trazem quanto a vida amorosa deles? Você poderia falar como é uma intervenção sua nesses casos?
3. Como é para você quando esses temas surgem? Gostaria que falasse como você se sente nesses momentos.
4. Gostaria que você me contasse as influências que você percebe dessa maneira “escolhida” para se relacionar em outras áreas da vida da pessoa.

### PARTE III

1. No que você pensa quando surge o tema não-monogamia? Como você o definiria?
2. Dentro da sua prática profissional, como aspectos relacionados a essas diferentes possibilidades de vivenciar os afetos têm se expressado?
3. Conte-me como você percebe a diferença entre as pessoas que têm uma vivência monogâmica e aqueles que possuem uma vivência não-monogâmica.
4. Você considera necessário ter uma perspectiva diferente de escuta e intervenção, a partir dessas diferenças?
5. Como você imagina o futuro das relações afetivo-sexuais?

### PARTE IV

5. Houve algum ponto da entrevista que te trouxe desconforto?
6. Gostaria de adicionar algo que não foi perguntado?